UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JOSÉ AVELINO DA SILVA

DO TERRITÓRIO DA ESPERANÇA À MEMÓRIA DA CONQUISTA TERRITORIAL: Conflitos e Acesso a Terra pelo MST no Acampamento Emiliano Zapata, Município de Sousa – PB.

Cajazeiras – PB.
2014

JOSÉ AVELINO DA SILVA

DO TERRITÓRIO DA ESPERANÇA À MEMÓRIA DA CONQUISTA TERRITORIAL: Conflitos e Acesso a Terra pelo MST no Acampamento Emiliano Zapata, Município de Sousa – PB.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande UFCG, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Dr. Josias de Castro Galvão

Cajazeiras- PB.
2014

JOSÉ AVELINO DA SILVA

DO TERRITÓRIO DA ESPERANÇA À MEMÓRIA DA CONQUISTA TERRITORIAL: Conflitos e Acesso a Terra pelo MST no Acampamento Emiliano Zapata, Município de Sousa – PB.

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Coordenação do curso de Licenciatura em Geografia da unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande UFCG, como requisito parcial a obtenção do titulo de Licenciado em Geografia.

Aprovado em ____/____/_____/.

BANCA EXAMINADORA

_____
Professor Dr. Josias de Castro Galvão (CFP/UFCG - Orientador)

_____
Professor Dr. Josenilton Patrício Rocha (CFP/UFCG - Examinador Interno Titular)

_____
Professor Dra. Mariana Moreira Neto (CFP/UFCG - Examinador Interno Titular)

DEDICATÓRIA

Ao meu magnífico Deus, a minha amada família, e a todos meus amigos e amigas pelo incentivo e carinho.

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho, fica expresso aqui a minha gratidão, especialmente:

À pessoa mais importante que conheci na minha vida, a mulher pelo qual me apaixonei e futuramente quero constituir minha família a seu lado, no momento minha noiva Kalline, pelo apoio incondicional, durante esse tempo de curso, por todos os momentos difíceis que passei e você sempre esteve do meu lado, dando carinho, atenção e força.

À minha família, em especial, meus pais e irmãos que desde o início confiaram na minha capacidade, nesse meu sonho e consequentemente apesar de todas as dificuldades que por sinal não foram poucas, fizeram com que eu não desistisse. E mesmo com tudo que aconteceu comigo, nesses anos, sempre me veio à mente uma frase importante que meu pai sempre me diz e que fez e faz todo sentido: "sou pobre, mais o que posso deixar para aqueles que se interessam é o estudo, estudo que faz com que não passem por o que passei na roça". Obrigado Família.

A minha amiga "prima" nova que ganhei na universidade Gizelia por todo apoio atenção e carinho. Que Deus te proteja e faça que você continue sempre assim, meiga e atenciosa com todos. Obrigado.

Não poderia deixar de dar um agradecimento a minha turma de Geografia 2009.1, que logo quando começamos éramos mais de quarenta sonhadores, que tinham na graduação um objetivo central de vida. Pena que, hoje passados esses mais de cinco anos de curso, apenas eu e mais dois colegas terminaremos juntos. Fruto de muito esforço, dedicação e perseverança em conquistar esse fim. E dando continuidade, deixo para aqueles que ainda estão por vir a se formar o meu mais sincero voto de superação e fé, para que todos alcancem essa graça. Vamos lá gente! Conto com vocês agora, para que futuramente em uma roda de conversa rir e sentir alegria por todos os momentos que estivermos juntos.

Agradeço aqui de forma especial, sem ressalvas, um grande colega, amigo que conheci na Universidade, o "Grande Ceará". Grande no coração, mas pequeno no tamanho, mas isso não importa. Foi já próximo a finalização do meu curso de graduação que pude contar efetivamente com toda a bondade desse cara. Seus ensinamentos, sua inteligência é algo diferencial. Assim, ele, apesar do pouco tempo que dispunha, fez muito e muito por mim. Valeu Ceará! Muito sucesso na sua vida.

Aos meus poucos amigos, sobretudo àqueles mais sinceros que sempre me deram força para continuar nessa jornada.

Concretizando, dou um agradecimento em especial ao meu Orientador, Josias de Castro Galvão. Que muita das vezes, me deixou meio cabisbaixo, preocupado, com a elaboração deste trabalho. Em que fiquei chateado, mas, tudo isso era apenas para meu bem. Tudo na vida tem a sua dificuldade, e essa foi apenas mais uma que com a ajuda do meu mestre, me incentivou a vencer esse desafio. Obrigado mestre.

Não poderia deixar de esquecer e de agradecer, de coração, a todos do Acampamento Emiliano Zapata, em especial ao amigo, guerreiro, sonhador Damião, que desde o primeiro contato demonstrou um sujeito atencioso comigo e com meu orientador. Espero do fundo do meu coração que as terras pelas quais tanto buscam saiam logo e que o nosso governo se sensibilize com a esperança de todos que lutam por terra no Brasil. Agradeço a todos, do acampamento pelos ensinamentos, trocas de saberes e experiências de vida. Fica aqui o meu abraço.

Por fim, agradeço a todos que de certa maneira colaboraram, com a conquista desse sonho. E não poderia, é lógico, esquecer de agradecer, ao ser mais maravilhoso que existe, Deus. Na sua extrema bondade comigo. Em que, muitas vezes confesso que pensei em desistir, abandonar esse curso. Mas, o Senhor foi aquele que me passou a confiança, a vontade de vencer na vida. Desta maneira, somente Ele, com a sua paciência, fez-me ver que as coisas não acontecem de uma hora para outra e que é somente com a luta que conquistamos nossos objetivos. Em seu livro, Deus nos ensina que a fé e o amor são os objetos de maior poder no mundo. É nessa fé e amor para com Ele que conseguiremos superar todas as dificuldades. Sei que posso contar contigo sempre.

RESUMO

Este trabalho refere-se à origem/história do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), enquanto movimento característico sócio territorial. Nesse sentido, atribuímos à história deste movimento, os adjetivos de resistência e luta, pelo acesso/posse da terra. Em que diante de todo um quadro que, desde o período colonial, valoriza os interesses de oligarquias dominantes, este (MST) nasce desta "inquietação" de uma desvalorização do homem do campo em detrimento a esta classe "dita superior". De maneira complementar, trataremos um pouco sobre as diversas questões que envolvem o latifúndio, tanto no cenário brasileiro, quanto no campo paraibano. Para isso, utilizamos da metodologia de análise e de procedimentos, envolvendo a dialética dos processos sócio-espaciais e da história oral, pesquisa bibliográfica, documental e icnográfica, além da pesquisa voltada à interpretação das diversas narrativas/memórias. Fazemos então uma viajem, pela história do próprio movimento, desde as suas primeiras ocupações realizadas nas fazendas do interior do Rio Grande do Sul até as primeiras ocupações no Sertão Paraibano, mais precisamente, em um de seus Acampamentos, o Emiliano Zapata, localizado na cidade de Sousa-PB. Este movimento sempre se propôs a lutar por uma melhor "democratização" no que se refere ao acesso à terra. Apresentamos também no decorrer desta pesquisa alguns conceitos que são de suma importância, como: movimentos sociais, identidade do camponês/sem terra, acampamentos/assentamentos. Estes contribuem para uma reflexão/compreensão sobre o sentido do conflito entre o latifúndio e o pequeno produtor rural sem terra. Temos como objetivo geral neste trabalho, compreender a história das lutas sociais pelo acesso à terra pelos camponeses sem terras, coordenados pelo MST, para a construção dos territórios da cidadania no município de Sousa-PB. Os resultados apontam para as dificuldades da aquisição de terras no Brasil pelo descaso dos sucessivos governantes que não propõe, como meta principal, o atendimento das demandas sociais com a ampliação da Reforma Agrária. Convém também, chamar atenção, para o fato da resistência camponesa. Já passaram mais de sete anos em que os acampados enfrentem grandes dificuldades na área e que estão relatadas e analisadas nesse estudo. Concluímos que falta compromisso dos governantes, de situação ou de oposição, no atendimento das demandas dos excluídos históricos do acesso à terra. Os registros da luta camponesa organizados pelo MST precisam maior visibilidade. Precisam ser arquivadas e documentadas. Enfrentamos dificuldades na sistematização dos dados pela inexistência de registros documentais, ficando apenas, na sua maioria, nas memórias dos acampados, do histórico de lutas para a conquista do território da esperança.

Palavras - Chave: Territórios da Esperança; Memória; MST; Acampamentos.

ABSTRACT

This work refers to the origin / history of the Landless Workers Movement (MST), while movement characteristic territorial partner. Accordingly, we attribute the history of this movement, the adjectives of resistance and struggle for access / tenure. Where before a whole framework , since the colonial period , values the interests of ruling oligarchies , this (MST) comes this " restlessness " of a devaluation of the peasant to the detriment of this class " said top " . In a complementary way, deal a little about the various issues surrounding land property, both in the Brazilian scenario, as in Paraiba field. For this we use the analysis methodology and procedures involving the dialectic of socio- spatial processes and oral history, literature, documentary and iconographic research, the research focused on the interpretation of various narratives / memoirs. We make a journey , the history of the movement from its first occupations held on farms in the interior of Rio Grande do Sul to the first occupations in the backlands of Paraiba , more precisely , in one of their camps , Emiliano Zapata , located in Sousa -PB . This movement has always set out to fight for a better "democratization" in relation to land access. We also present during this study some concepts that are extremely important, as social movements, identity of being a peasant / landless camps / settlements. These contribute to a discussion / understanding of the meaning of the conflict between landlordism and small farmers without land. We have as a general goal in this work, understand the history of social struggles for access to land by landless peasants, coordinated by the MST, for the construction of the territories citizenship in the city of Sousa -PB. The results point to difficulties in acquiring land in Brazil neglect by successive rulers who does not propose, as a main goal, meeting social demands with the increase of the Agrarian Reform. It should also draw attention to the fact of peasant resistance. It has been more than seven years in which camped facing extreme difficulties in the area and that are reported and analyzed in this study. We conclude that lack commitment from governments, the situation, or opposition, in meeting the demands of historical excluded from access to land. The records of the peasant struggle organized by the MST need greater visibility. Need to be documented and archived. Face difficulties in systematizing the data by the absence of documentary records, leaving only, mostly in the memories of camping, the history of struggles for the conquest of the territory of Hope.

Keywords: Territories of Hope; memory; MST; Camps.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....09
CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DO MOVIMENTO SEM TERRA NO BRASIL.....12
1.1 Fundação do Movimento.....17
1.2 Por que Tanta Terra Mal Distribuída?.....19
CAPÍTULO II – O MST E SUA ATUAÇÃO NA PARAÍBA: UMA LUTA PELA REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO PARAIBANO.....24
2.1 A Gênese do Movimento na Paraíba.....26
2.2 Acampamentos e Assentamentos, sinônimos da luta pela posse da Terra por parte do MST.....30
2.3 Algumas considerações sobre a questão agrária na Paraíba.....36
2.4 MST e o Sertão Paraibano: uma relação de identidade que se faz presente.....38
CAPÍTULO III – OS PRIMEIROS PASSOS EM BUSCA DOS TERRITÓRIOS DA ESPERANÇA.....42
3.1 Identidade e luta: a práxis de Zapata.....43
3.2 Chegada do MST ao Acampamento Emiliano Zapata: relatos, narrativas e memória dos acampados.....45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 63
ANEXOS.....67

INTRODUÇÃO

Ao longo destes últimos 30 anos, muitos estudos/pesquisas foram desenvolvidos no campo da estrutura agrária brasileira e que vem contribuindo para o aprofundamento dos conhecimentos de realidade do espaço agrário. No que se refere a esta temática, a Geografia a cada dia mais apresenta novos modelos de pesquisas sobre o campo, seja no âmbito nacional ou não. O Latifúndio, e sua rede de interesses, estão presentes em nosso país desde o período do "descobrimento", fazendo assim com que, ao longo dos séculos tudo que envolve (u), seu desenvolvimento traz e carrega consigo questões de conflitos pelo acesso/posse da terra em nosso território.

É nesse cenário do campo que acontecem as "trocas de farpas", entre o pequeno camponês/sem terra e o Estado, que se mantém sólido nas suas decisões no que se refere há uma reforma em sua estrutura agrária. Daí a partir, desse quadro de disputas que ao longo dos anos, os vários movimentos sociais foram se sucedendo no Brasil. E entre eles daremos no decorrer desta pesquisa ênfase a um deles, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

No decorrer desta pesquisa escolhemos trabalhar sobre a perspectiva de uma nova visão no que se refere o que vem a ser o MST. Sua atuação no cenário agrário brasileiro. E a partir deste entendimento, focaremos nossa análise sobre o desenvolvimento deste movimento social no cenário Paraibano. Mais precisamente sua atuação em um de seus acampamentos aqui do Sertão Paraibano, para sermos mais precisos, retrataremos um pouco da história do Acampamento Emiliano Zapata, localizado a aproximadamente seis quilômetros do centro de Sousa, importante cidade do sertão paraibano.

No que se diz respeito ao andamento desta pesquisa trabalharemos com conceitos como: Movimentos Sociais, Identidade, Acampamento/Assentamento, Territórios da Esperança, entre outros. Na perspectiva de fazermos um levantamento histórico/geográfico da ação do MST tanto em escala nacional, quanto escala local. Nesse sentido de valorização de nossa pesquisa trabalharemos e faremos referências, a importes autores tanto da Geografia, como de outras áreas do conhecimento, a fazer menção; Oliveira (1991), Fernandes (2008), Moreira (1997, 2006, 2007, 2012), Mitidiero Junior (2011) e Santos (2011).

Quanto à metodologia utilizada nesta pesquisa esta contará com a coleta de dados, fontes bibliográficas, estudo de campo, a própria pesquisa participativa, além da referência ao

uso da técnica da Historia Oral[1]. Recurso este, no qual daremos maior ênfase quando chegarmos ao terceiro capítulo.

Apresentamos a seguir a estrutura desse trabalho. No primeiro capítulo, focamos o estudo na história e fundação do MST, como modelo de organização dos movimentos sociais no campo. A luta camponesa não faz sentido sem nos reportamos também à história do surgimento do latifúndio em nosso país. Mostramos de modo geral, como este se desenvolveu e quais as principais formas que fizeram com que esse modelo de propriedade se tornasse objeto de conflito. Por fim, associamos a este conflituoso jogo de interesses entre os grandes proprietários de terra e o MST como o marco principal para que esse movimento inicia-se suas ações de "rejeição" para com o modo em que a agricultura vinha/vem se arrastando pelo país. Empregando assim a este movimento o adjetivo de resistência no campo.

No segundo capítulo damos destaque às questões da presença do latifúndio, mudando a escala, que agora passa a ser a estadual, verificando a situação da Paraíba. Retrataremos o campo paraibano como um cenário de lutas pelo qual o MST, encontrou aportes necessários para aqui se estabelecer e iniciar sua história no Estado. Fizemos menção à concepção da importância do estudo sobre os conceitos de identidade, acampamento/assentamento. Para tanto, apresentamos dois mapas que mostram a atual situação das ocupações e das áreas dos assentamentos no Brasil. Por fim, analisamos uma tabela e um gráfico que mostra um pouco da ação do MST, no campo Paraibano.

No terceiro capítulo o enfoque principal é quanto ao modo de vida no acampamento Emiliano Zapata. A história individual e coletiva contada pelos principais sujeitos que fazem acontecer o movimento de ocupação da terra para fazer sentido à luta pela construção dos seus territórios da esperança. Destacamos o cotidiano deles nos relatos memorialistas e das lutas do presente, das diversas situações enfrentadas por estes acampados. Fizemos um relato biográfico e histórico do revolucionário Mexicano Emiliano Zapata Salazar, que teve como objetivo de vida a luta pela reestruturação do sistema agrário de seu país. Vemos também, um pouco a gênese do movimento no sertão paraibano, antes de chegarmos propriamente ao Acampamento, objeto dessa pesquisa. Recorremos, em apoio aos relatos memorialistas, às imagens, às fotografias e narrativas. Buscamos, com isso, entender como o camponês/sem terra construiu sua história de resistência e persistência no Emiliano Zapata.

---

[1] A História Oral, como metodologia de pesquisa, se ocupa em conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade – os padrões culturais – estruturas sociais e processos históricos, obtidos através de conversas com pessoas, relatos orais, que, ao focalizarem suas lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem, ponderando esses fatos pela sua importância em suas vidas.
Fonte: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n2_latif.htm acesso em 02 de junho de 2014.

E por fim, ao concluirmos esta pesquisa, esperamos compreender melhor o sentido dos “Territórios da Esperança”, para podermos então, valorizarmos e preservarmos ainda, mas a identidade deste Movimento (MST). E, por fim, nos propomos a (re) construir, e acrescentar ao sentido dos Territórios da Esperança - apresentada por MOREIRA já em (1997) - uma nova definição, para além da esperança que é a fé. Fé da conquista dos territórios por uma qualidade de vida melhor.

CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DO MOVIMENTO SEM TERRA NO BRASIL

Escrever sobre a luta pelo acesso e posse da terra é referir aos sentimentos que envolvem conflitos, derrotas, vitórias e principalmente Esperança. E isso não é nada fácil, principalmente porque tudo que envolve o ideológico, e muitas vezes o utópico, torna-se até incompreensível aos olhos de uma grande parcela de nossa sociedade. Podemos referir à luta dos diversos movimentos sociais como única forma de combater às injustiças, à dívida social do Estado brasileiro e às grandes desigualdades sociais e econômicas persistentes.

Dentre os diversos movimentos que lutam na intenção de construir um país mais digno, escolhemos para trabalhar com um que, desde o fim da década de 1970 e inicio da de 1980, vem reafirmando seu papel no que se refere à luta e o direito a terra, por parte daqueles que não a dispõem. Estamos a nos referir ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST).

Inicialmente, e antes de adentrarmos na historicidade do MST, apresentaremos alguns conceitos de grande importância para esta pesquisa e que também merecem um destaque em especial. Neste capítulo trabalharemos especialmente o termo Movimentos Sociais.

Explorar o conceito de movimento social, sobretudo, o camponês se faz necessário, a partir do momento em que sentimos a necessidade de entender um pouco mais a desenvoltura do cenário agrário do Brasil e da Paraíba. Assim, entenderemos o sentido da instalação do Acampamento Emiliano Zapata em Sousa-PB.

De modo geral, podemos entender os movimentos sociais, especificamente àqueles ligados ao campo, como os que envolvem o campesinato, isto é, os trabalhadores rurais, geralmente, sem terras. Historicamente, o movimento social camponês criou sua identidade com as lutas associadas às questões relativas à reforma agrária, a todo o tipo de expropriação, à melhoria das condições de trabalho e ao combate do processo de substituição do homem pela máquina no campo.

Mesmo havendo as mais variadas siglas, os movimentos sociais do campo constituíram-se, historicamente, a partir de duas principais frentes: as Ligas Camponesas, entre as décadas de 1940 e 1960 e; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado na década de 1980.

Continuando nesta linha de raciocínio sobre a temática do que é/são os movimentos sociais, Gohn (2000, p. 251-252) apresenta o seguinte conceito:

> Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um novo campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Essa identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados.

Fonseca, Cecato e Lima (2008) também fazem menção ao termo movimento social, associado à própria história do MST, vinculado à formação das Ligas Camponesas. Passada a fase de associação, lutas e repressão que a Liga enfrentou, o MST nasceu e ainda hoje permanece como o principal movimento de ordem social que vê na redistribuição das terras, por meio de uma política ampla de reforma agrária, a esperança de melhor equalizar o abismo existente entre o capital e o homem do campo.

Na Sociologia, Goss e Prudencio (2004), retratam os movimentos sociais como sendo algo empírico e teórico ligado às lutas sociais, sobretudo, à do movimento dos sem terra.

Assim sendo, a história do MST no Brasil remete a vários outros movimentos e organizações sociais anteriores, como: o do Cangaço; movimentos messiânicos como a dos Canudos de Antônio Conselheiro e; a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Enfim, eram movimentos que já clamavam e davam grandes destaques a questão da distribuição de terras em nosso país, além das Ligas Camponesas[2], que tiveram no seu cerne a busca por melhores condições de trabalho na zona da mata do Nordeste brasileiro, em meio à forte exploração dos cortadores de cana.

Essa luta abriu precedente para outro objetivo, a conquista da terra. Nascia então, a atuação dos movimentos sociais no campo pela tão esperada, e até hoje, não conquistada, a reforma agrária em nosso país. Não é nenhuma novidade comentar que o processo de ocupação, territorialização de nosso espaço brasileiro se deu de forma até "arbitrária", atendendo muitas vezes ao interesse de um pequeno número de latifundiários.

Devemos, então, associar o surgimento do MST ao que foi esses anteriores movimentos sociais, em que cada um teve papel relevante na formação do ideal que fundou a

[2] Para mais informações sobre as Ligas camponesas ver a obra de: JULIÃO, F. "Que são as Ligas Camponesas?" (1962) in.: WELCH, C.A. et al, **Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicos**, vol. 1, Coleção História Social do Campesinato no Brasil. São Paulo: Edunesp, 2009: 271-297.

filosofia do Movimento dos Sem Terra e, em especial, no Nordeste associamos este movimento às Ligas Camponesas[3]. Devido o fato da proibição de manifestações da classe trabalhadora no campo pelo governo militar, isso não impediu que as revoltas continuassem. Com isso, o quadro de violência no campo agravou-se ainda mais.

Os movimentos no campo estiveram na clandestinidade durante quase todo o período da ditadura, ou seja, nas décadas de 1960, 1970 e até meados da década de 1980. O último presidente militar, o Marechal João Baptista de Oliveira Figueiredo, que governou de 1979 a 1985, marcou o fim da ditadura, por um período conhecido como fase da distensão, com mudanças lentas e graduais.

Em janeiro de 1984, houve em Cascavel no Paraná, o primeiro encontro dos sem terras no Brasil que marcou o início da construção e organização do que viria a ser o MST.

Após os encontros e congressos dos sem terras ficou decidido que a ocupação de terras era a única ferramenta que os trabalhadores do campo tinham para a democratização e territorialização dos trabalhadores mais pobres para terem acesso às terras no Brasil.

O MST tem em si uma preocupação com uma parcela de nossa população que infelizmente sofreu, e sofre, com as mazelas de um sistema que sufoca os pobres em detrimento dos ricos, que faz com que a apropriação, distribuição de terras em nosso país seja concentrada em meia dúzia de indivíduos que tem voz, vez e poder.

Mas devemos entender que a questão agrária em nosso território não é exclusividade dos dias de hoje. Pelo contrário, essa irracionalidade no trato deste bem, que é tão almejado, remete ao período colonial brasileiro em nosso país, uma batalha pela apropriação de nossos recursos naturais, gerando assim a ganância pela terra.

Deste modo, entender um pouco mais sobre a estrutura e organização das terras no nosso território brasileiro se fez necessário, para depois poder correlacionar e entender o porquê de se lutar por terras em nosso país. Responder esta pergunta não se torna muito fácil, devido ao caráter histórico que remete a organização agrária brasileira. E para tanto autores como Mitidiero Junior (2011), Moreira (1997), Santos (2011), Fernandes (2007), são relevantes no trato desta pesquisa.

A história do MST está retratada na revista comemorativa dos seus 25 anos, em 2010. Nela, é informada que, mesmo no decorrer de muitos séculos de latifúndio, a organização agrária vem mudando.

[3] O movimento das Ligas Camponesas foi extinto do Brasil após publicação dos Atos Institucionais do Governo Militar a partir de meados da década de 1960, que o proibiu de atuar.

Este movimento social tem em sua identidade marcada pela resistência ao latifúndio e na terra como território da existência e reprodução da família camponesa. O MST tem toda uma preocupação com a luta e a conquista da terra por parte daqueles que mais necessitam dela. Isso pode ser verificado na revista que conta a história do Movimento MST (2010, p.06):

> Nós queremos a agricultura como um espaço de sociabilidade, uma agricultura com camponeses que enfrentam o êxodo rural. Uma agricultura apta a produzir alimentos saudáveis, contrariando o agronegócio que a quer unicamente para a produção de *commodities* e com a utilização de grandes quantidades de agrotóxicos. Uma agricultura que assegure a preservação das águas, do solo, da biodiversidade, procurando conter e reverter a depredação ambiental causada pelo agronegócio.

O MST nasceu com esta e outras funções. Outras bandeiras ligadas ao desenvolvimento da classe trabalhadora do campo no cenário brasileiro. A agricultura de subsistência por parte daqueles que enfrentam o sol forte, a chuva, a discriminação social, na luta por um pedaço de terra também é um dos objetivos deste movimento. Afinal, em um cenário onde a Agricultura de Exportação Mecanizada domina os moldes de produção na maior parte das terras em nosso país, produzir para o sustento pessoal e da comunidade acampada/assentada, é uma necessidade urgente e que fortalece ainda mais os laços que unem os que fazem esse movimento.

Para tanto, Fernandes (2008 p.01), aponta para a seguinte situação: “as relações entre campesinato e capital são permanentemente conflituosas, e explícitas, (...) existe então uma luta intensa de interesses, temos de um lado a subalternidade do camponês, e do outro a alteridade do capital pelo acesso a terra”. Portanto, o MST, desenvolve um constante trabalho junto àqueles que se sentiram, ou sentem o peso da desigualdade exercida no campo, no que se refere ao acesso e a posse da terra.

Santos (2011) relaciona o problema da distribuição das terras em nosso território brasileiro a uma questão de origem histórica. O autor constata que, esses almejados territórios pelo qual o MST luta, são sinônimos de uma resistência constante perante uma desigualdade que se faz presente ao longo dos séculos.

Assim, a respeito do surgimento da inquietação dos problemas de ordem agrária em nosso país, o próprio Santos, (2011 p.12), coloca o seguinte comentário: “Os conflitos no campo brasileiro, seja de natureza política, social ou ideológica permeiam a realidade rural e,

na contemporaneidade ganhou adeptos e defensores diversos, tanto da concentração, como da divisão racional da terra através da reforma agrária tão esperada".

A título de informação, podemos citar entre as mais importantes organizações de luta pela terra em nosso país, os seguintes blocos de movimentos sociais no campo: 1) Bloco dos Novos Movimentos Sociais (NMS)[4] – Movimento dos Sem-terra (MST), Novo Sindicalismo Rural (NSR), Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento dos Camponeses Integrados e Movimento dos Operários do Campo: 2) Bloco de filosofia cristã: Comissão Pastoral da Terra (CPT): 3) Bloco diversos: Movimento Camponês Popular (MCP), Via Campesina, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).[5]

Nesse trabalho o foco principal é o MST. As outras instituições e órgãos de luta pelo acesso a terra serão deixados de lado.

Consequentemente para entender melhor a realidade de um movimento tão importante como o MST, é preciso conhecer, revelar, esclarecer e analisar dados sobre a historicidade dos que fazem parte deste movimento, bem como suas dificuldades diárias, seus objetivos, enquanto órgão de oposição ao modelo de distribuição latifundiária existente. Enfim, é necessário até mesmo vivenciarmos um pouco essa realidade dos assentado-acampados para poder então, através da pesquisa de caráter participativo, compreender melhor os espaços da Esperança. Esperança esta voltada à sobrevivência/vivência em uma terra que depois de ocupada, passa por diversas situações, até quem sabe um dia ser entregue, distribuída entre os mesmos. Isto é uma das realidades do homem sem terra.

Assim, depois de muita opressão, o MST surgiu, fruto das lutas pela democratização da terra e da sociedade. No final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas, os camponeses, como assim também se denomina cansados de sofrer com o "esquecimento" do Estado, passam a fazer as suas primeiras ocupações de terra

---

[4] Ver: GRZYBOWSKY, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2ª Ed. Vozes: São Paulo, 1991.

[5] Mais adiante no decorrer deste trabalho de pesquisa faremos referências às organizações sociais no sertão paraibano.

1.1 Fundação do Movimento

De acordo com os anais da Revista MST, comemorativa aos 25 anos, intitulada "MST 25 anos: uma história de Lutas e Conquistas", a fundação do referido movimento se deu em Setembro de 1979, há exatamente 34 anos atrás quando centenas de agricultores ocuparam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Posteriormente, já no ano de 1981, surgiu um novo acampamento no mesmo Estado e próximo desses dois primeiros. E assim, o movimento foi se desenvolvendo, crescendo, ganhando cada vez mais adeptos, posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens. Os lideres dizem que: "Como estávamos em uma época de total ditadura as ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo". MST (2010 p. 09).

Então o primeiro passo foi dado, os idealizadores começavam a se organizar e há ganhar cada dia mais adeptos ao movimento, pois estes estavam inconformados com a precarialização do sistema agrícola brasileiro, cansados da subserviência ao patronato, seja do patrão particular e do Estado.

Partindo agora para a década de 80, especificamente no ano de 1984, em uma assembleia realizada em Cascavel no Paraná, um grupo de pessoas que ali estavam decidem criar um movimento popular baseado em três princípios: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. Surgia assim o MST.

Neste período já nascia, o que mais adiante Moreira (2007) vai denominar de Territórios da Esperança, para resignificar o espaço da terra conquistado com muitas lutas sociais no campo. Espaço da esperança é entendido, em primeiro lugar, como sinônimo de resistência, de conquista e de difusão dos ideais de luta em conjunto por um objetivo em comum, o acesso e a posse da terra.

Com o passar dos anos, foram registrados vários relatos de perseguições, assassinatos, conflitos entre outros acontecimentos, a exemplo dos mais emblemáticos, que foram as perseguições ocorridas em Corumbiara (1995), no estado de Rondônia e em Eldorado dos Carajás (1996) no Pará.

Buscamos nesta pesquisa, demonstrar e comprovar através da historia oral[6], que no caso do Acampamento Emiliano Zapata, localizado no município de Sousa no Sertão Paraibano, as famílias que lá residem há mais de sete anos, relatam a falta de atenção do

[6] "O debate sobre a História Oral possibilita reflexões sobre o registro dos fatos na voz dos próprios protagonistas. Utiliza-se de metodologia própria para a produção do conhecimento. Sua abrangência, além de pedagógica e interdisciplinar, está relacionada ao seu importante papel na interpretação do imaginário e na análise das representações sociais". FREITAS (2006, p. 03).

MST, no tocante da sua atuação e o devido acompanhamento[7]. O importante agora é descrever a origem deste movimento como símbolo de organização social na luta pelos interesses do homem do campo. De acordos com as informações publicadas em sua revista comemorativa, o movimento está presente nos 23 Estados da Federação e no Distrito Federal, contando com aproximadamente 1,5 milhões de pessoas assentadas – acampadas[8].

É relevante fazer referência aos pontos positivos desse movimento e, consequente, atribuir as seguintes contribuições para a parcela da sociedade que luta pela posse da terra. De acordo com o MST (2010, p. 11) as lideranças do movimento afirmam que:

> Uma das principais conquistas do MST é manter o tema da reforma agrária na pauta de discussão da sociedade e do Estado. No campo social, os resultados nas áreas conquistadas são significativos: foi praticamente eliminada a mortalidade infantil nos assentamentos, e não existe mais a fome. É incomparável a produtividade, número de empregos e instalação de infraestrutura de uma área antes e depois de se transformar em assentamento. Acima de tudo, foi conquistada a dignidade da cidadania, porque quando a cerca do latifúndio é rompida, também se rompe a cerca do "voto de curral", do coronelismo e da dominação política.

A respeito da citação anterior, não podemos fazer dela objeto de exclusividade dessas conquistas ao MST no campo brasileiro, nestes últimos anos. Devemos atribuir também a outros movimentos sociais também no campo e da própria concessão de benefícios por parte do Estado, mas também devemos reconhecer que essas conquistas foram com muita luta, suor e sangue.

A respeito da formação e história do MST, autores como Stedile e Fernandes (1999) e Fernandes (2000), abordam sobre a fundação deste movimento nos dizendo que: "a consolidação do MST se dá a partir de Janeiro de 1984, se pensada no acontecimento do seu primeiro encontro oficial na cidade de Cascavel, no Paraná. Mas se for levar em consideração a "pré-história," as primeiras lutas e reuniões em menor escala, estas ocorreram nos anos de 1978 a 1983. Assim, o MST, constaria hoje com 35 anos".

Temos aqui a primeira contradição no que se refere à história/fundação do MST. Isso ocorre devido a uma possível não uniformidade dos dados contidos em algumas referências. Contudo, na própria história do movimento há disparidades entre as informações divulgadas. Esse fato não cabe nessa pesquisa, pois o nosso objeto é o acampamento Emiliano Zapata.

---

[7] Dedicaremos mais comentários para mais adiante, mais especificamente nos segundo e terceiro capítulos.
[8] Dados fornecidos na Revista 25 Anos: uma história de lutas e conquistas, 2010, p.11.

De um modo geral, aqueles que fazem parte desse movimento, querem acima de tudo construir e reconstruir suas identidades, na Esperança de conseguirem o livre acesso à terra. Esse sentimento permeia a grande maioria dos envolvidos que encontram, mesmo debaixo de uma lona preta, a força de vontade para continuar lutando por um ideal, aparentemente simples, mas cheio de desigualdades sociais, raciais e, principalmente, econômicas. São na sua grande maioria, posseiros, roceiros, pequenos proprietários rurais, moradores de aluguel em fazendas, além daquelas pessoas que vivem nas periferias urbanas.

Portanto, para chegarmos a esse ponto de interpretação sobre esta discussão é preciso conhecer a luta do movimento sem terra, para que possamos compreender a realidade desses assentado-acampados no campo e suas condições de vida.

1.2 Por que Tanta Terra Mal Distribuída?

Não é de hoje e nem de ontem que a principal queixa apresentada pela maioria dos movimentos que representam a luta pela terra em nosso país é o da má distribuição das terras. Mas qual a razão disso? Por que essa prática permanece até os dias atuais?

O próprio MST coloca este dilema incansavelmente nas suas pautas de discussão, visando justamente esclarecer, o porquê destes problemas. Esta preocupação é esboçada nos documentos publicados pelo movimento MST (2010 p. 14), como podemos observar, abaixo:

> A concentração de terras é uma das maiores cicatrizes do nosso país, em que poucos latifundiários controlam boa parte das terras. A consequência desse problema social histórico é a pobreza no campo, o desrespeito aos direitos sociais, à falta de emprego, a superexploração do trabalho. Isso impede o desenvolvimento das áreas rurais no país e incentiva a saída das pessoas do campo (o chamado êxodo rural), que amplia os problemas sociais nas cidades.

Os dados do censo agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram que a concentração de terras continua no mesmo patamar nos últimos 20 anos. Outro órgão que também atua na linha do desenvolvimento agrário brasileiro e que também relata o mesmo quadro é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Observe a seguinte ilustração:

FIGURA 1- DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS NO BRASIL 2013

Fonte: INCRA/Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), janeiro/2013 - Povo, população e Terras Indígenas. Sistemas de Áreas Protegidas (SisArp), Instituto Socioambiental, setembro/2013.

Como podemos observar acima, no Brasil, 40% das terras destinadas à agricultura está concentrada numa pequena parcela correspondente a 1,4% dos proprietários de terra destinadas ao agronegócio. Enquanto que 60% das terras agricultáveis esta distribuída entre os 98,6% restantes à agricultura de subsistência.

Fernandes (2011) tenta esclarecer esta situação de desigualdades sócio-territoriais no campo, associando o permanente embate entre o agronegócio e o campesinato. Assim, temos de um lado, o poderio econômico das muitas corporações internacionais que atuam aqui e apoiadas pelos governos, e do outro, o pequeno cidadão camponês, que ver na bandeira de

luta do MST e de outras organizações que lutam pelo acesso a terra, a esperança de um dia conseguir um pedaço de chão para poder dar às suas famílias uma vida mais digna.

Diante destes fatos e situações da má distribuição do recurso patrimonial "terra" em nosso país, é possível compreender melhor o porquê da pergunta feita anteriormente, abordando o sentido da concentração agrária não apenas no Brasil, mais em toda a América Latina, provocando uma desigualdade social, econômica e territorial inadmissível.

Outro autor que retrata um pouco desta incompatibilidade de modelos de desenvolvimento no campo brasileiro é Wanderley (2001). Esse autor exemplifica bem a situação de conflitos entre os sujeitos do agronegócio e do campesinato, evidenciando a luta pela terra do pequeno produtor. Wanderley (2001, p. 36-37) afirma que:

> [...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como um modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade.

As diversas formas de pensar a reorganização do campo brasileiro pelos movimentos sociais fizeram com que alguns autores revelassem algumas contradições nesse modelo, como Martins (2000). Este indica em seus estudos que existem também, por trás desse movimento, indivíduos, geralmente, compostos pela base da classe média, que atua no movimento para se beneficiarem das políticas de distribuição de terras e direcionar a luta para outro viés. Revela, então, a face contraditória do movimento, desvirtuando o verdadeiro sentido da luta pela reforma agrária. Essa prática precisa ser revista. Martins (2000, pp. 25-26) atesta que:

> Os mediadores da luta pela terra (sindicatos, agentes de pastorais, militantes, intelectuais, etc.) são integrantes da classe média, cujos interesses e visões de mundo se afastam dos verdadeiros protagonistas da questão agrária, que são os trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, meeiros, minifundiários, pequenos arrendatários, etc. havendo assim, um desencontro entre a reforma agrária almejada pelos mediadores da luta pela terra e um projeto de reforma agrária aceita pelo Estado, o que acaba impossibilitando um possível diálogo para a realização de uma reforma agrária possível.

Podemos ver nessas palavras que a situação ocorre principalmente, devido à questão da falta de diálogo entre as partes que fazem os movimentos e o próprio Estado, gerando assim, uma conflituosa situação em que a reforma agrária fica bastante distante do almejado. Devemos também salientar que mesmo nesta conflituosa situação, tudo o que já se foi alcançado até hoje, passou pela mitigação e ação desses movimentos no campo, pois se fosse esperar a criação de um assentamento de reforma agrária por parte do governo, seja qual for com certeza dificilmente sairia.

Segundo Miralha (2006, p.12), no tocante à questão da política do bem estar social no campo, o que o Estado proporciona é apenas um paliativo, frente às necessidades reivindicadas.

> Podemos afirmar que não se tem realizado reforma agrária no Brasil, mas sim, uma política de distribuição de terras com pouca preocupação quanto ao futuro do assentado na terra, ou seja, com as condições necessárias para o mesmo produzir de forma viável, bem como se reproduzir socialmente permanecendo no campo com qualidade de vida.

Por outro lado, há autores que expõem uma divergência quanto à defesa da reforma agrária. O autor supracitado expõe que que a reforma agrária hoje não é mais necessária, pois, a agricultura brasileira se modernizou e os produtores familiares devem transformar-se em trabalhadores para o capital, ou se integrar às necessidades do agronegócio (MIRALHA, 2006 *apud* GRAZIANO NETO e GERALDO MULLER).

No entanto, essa preocupação sobre os destinos da reforma agrária no Brasil tem em comum alguns pontos polêmicos. Sobretudo, o envolvimento dos camponeses e/ou agricultores familiares com pequenos produtores burgueses associados ao agronegócio contraria a filosofia do MST que luta por uma reforma agrária ampla e plena, com igualdade para todos e a liberdade no acesso à terra que deve ser de direito inquestionável. Identificamos através de nosso estudo que o camponês envolvido com o movimento sonha com este dia, a conquista da terra para a construção de seu território da esperança e da fé.

Temos então muita terra, isso é uma realidade. Porém, ela de fato não está acessível a todos, principalmente, para as camadas sociais mais necessitadas. Tudo que envolve o seu entendimento implica em questões de ordem econômica, jurídica, social e notoriamente a ordem política, sendo essa última a maior causadora das discórdias que envolvem os conflitos no campo.

Portanto, identificar a história do MST, em um contexto nacional se fez necessária, para consequentemente, viajarmos pela historicidade deste movimento, no cenário Paraibano e por fim, valorizar o contexto local pelo qual diversas famílias estão à espera de um território de esperança no Acampamento Emiliano Zapata no município de Sousa- PB.

Concretizando esta primeira parte desta pesquisa sobre o desenvolvimento do MST no Brasil, Miralha (2006, p. 11), em um dos seus trabalhos descreve o movimento dos sem terra da seguinte forma:

> Apesar das derrotas políticas os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST, com o apoio da CPT, seguem crescendo e se expandido pelo território nacional aumentando o número de integrantes e simpatizantes que, por consequência amplia o poder de pressão, principalmente, por meio de ocupações e realização de acampamentos em grandes fazendas improdutivas ou com títulos de propriedade contestados. Assim, depois dos meados da década de 1990 o MST atinge uma repercussão nacional com ocupações de várias fazendas, principalmente no Pontal do Paranapanema, passando assim a entrar na mídia e ganhar boa parte da opinião pública a seu favor.

Abordar a ação de um movimento como o MST torna-se necessário, apesar de que alguns autores, como vistos anteriormente, sejam contra a esse tipo de organização social, esse movimento tornou-se importante pelo fato de defender uma bandeira de luta em prol de uma causa que se julga ser justa. Do ponto de vista metodológico, esse movimento cumpre um papel que nos trás um rico campo de pesquisas e argumentações. No campo de vista teórico, esse movimento procura explorar seus ideais por conta de uma estrutura agrário-política desumana que se estende por séculos em nosso país.

CAPÍTULO II – O MST E SUA ATUAÇÃO NA PARAÍBA: UMA LUTA PELA REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO PARAIBANO

Como vimos no capítulo anterior, o histórico do MST é resultante de um contexto de lutas por terras. É uma história da participação da ampla massa de trabalhadores do campo que passaram a organizar-se no intuito de reivindicar, publicamente, o direito à terra que, por "obrigação", deveria ser de todos.

Foi através deste sentimento e outros mais que este movimento começou sua luta pela redemocratização do território agrário brasileiro, fazendo com que aqueles que acompanhavam/acompanham esse propósito passassem a tomar esta bandeira como modelo de uma possível reviravolta na questão agrária de nosso país.

Para tanto, antes de fazermos algumas considerações sobre a história desse movimento na Paraíba, apresentamos, inicialmente, alguns conceitos relevantes que são os seguintes: território; acampamentos; assentamentos e; de modo superficial[9], território de esperança, amplamente utilizado por Moreira e Targino (1997), Moreira (2006), Moreira (2007). Entendemos que se faz necessária esta relação entre essas categorias e a origem do movimento no estado da Paraíba.

A história do MST na Paraíba não foge ao sentido do movimento em escala nacional. A luta por terras nesse Estado reflete inicialmente, as primeiras ocupações ocorridas na zona da mata e agreste paraibano. Posteriormente, e mais recentemente, o MST passa a ocupar o sertão paraibano. A Paraíba, mesmo com o passar dos séculos, ainda mantém e privilegia a uma minoria de latifundiários desde o período colonial, dando sustento para esse tipo de prática no campo.

Foi a partir desse quadro de desigualdade na divisão territorial existente no campo paraibano que o movimento passou a intensificar sua ação sobre os diversos problemas enfrentados pelo pequeno camponês/sem terra. Os problemas vividos pelo homem do campo paraibano foram o estopim que faltava para eclodir o movimento e assim, passar a ocupar as glebas[10] de terra em solo paraibano.

Devemos compreender que a terra representa para o camponês, um espaço social que é o objeto de lutas para sua existência, reprodução social e produtividade. Então, é essencial.

---

[9] Esse conceito é tratado mais detalhadamente no terceiro capítulo, em que aplicamos o conceito para o caso do acampamento Emiliano Zapata no Alto Sertão Paraibano.

[10] GLEBA: terreno próprio para cultivo agrícola.

Quando nos referimos à história de determinados povos, cultura ou no caso, de um movimento social, a forma para se retratar essas histórias pode ser apresentada de diversas maneiras a mencionar: através de levantamento bibliográfico; entrevista; pesquisa participativa; história oral[11]; entre outras. No entanto, neste capítulo no qual o objetivo principal será a retratação da história/origem do MST na Paraíba, trabalharemos e faremos uso principalmente da metodologia de levantamento bibliográfico e histórico.

Tomamos assim como referência o uso da história oral que segundo Meihy (1998, p.22),"de início a história oral combinou três funções complementares: registrar relatos, divulgar experiências relevantes e estabelecer vínculos com o imediato urbano, promovendo assim um incentivo à história local e imediata".

Nesse sentido, entende-se a história oral como um conjunto de informações que contam, recontam a história de vida de determinado (a) sociedade em virtude do passar dos anos. Em que segundo o pensador Ronald Grele, este entende a história oral como sendo:

> "As pessoas sempre relataram suas histórias em conversas. Em todos os tempos, a história tem sido transmitida de boca em boca. Pais para filhos, mães para filhas, avós para netos; os anciãos do povoado para geração mais nova, mexeriqueiros para ouvidos ávidos; todos, a seu modo, contam sobre acontecimentos do passado, os interpretam, dão-lhes significado, mantêm viva a memória coletiva. Mesmo na nossa época de alfabetização generalizada e de grande penetração dos meios de comunicação "a real e secreta história da humanidade" é contada em conversas e, a maioria das pessoas ainda forma seu entendimento básico do próprio passado, por meio de conversas com outros".

Ou seja, "História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana" FREITAS, (2006, p. 05). Utilizaremos este procedimento metodológico, entre outras razões, pelo difícil acesso às informações das lideranças estaduais e locais dos que fazem o MST paraibano. Encontramos dificuldades na disponibilidade de referências e documentação para reconstrução da memória do movimento.

---

[11] As entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. Caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar. Além disso, fazem parte de todo um conjunto de documentos de tipo biográfico, ao lado de memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros.
Fonte: http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral acesso em 02 de junho de 2014.

Essa modalidade de pesquisa, em que se torna necessária a intervenção do pesquisador para revelar/compreender a luta e a vida desses camponeses ou dos que fazem esse movimento social camponês, nos faz remeter ao historiador Thompson (2002, p. 14), que apresenta o seguinte entendimento: "quando nos debruçamos sobre um trabalho que envolve o lado social das pessoas, tornamo-nos, pesquisadores sociais dessas causas".

Vamos então, a partir desse momento, revelar uma pequena narrativa da história desse movimento social em terras paraibanas, nos apegando ao pequeno acervo de informações e referências levantadas.

Na Paraíba a luta do MST, do ponto de vista histórico, não é diferente daquela enfrentada pelo movimento nos demais estados da federação. No caso específico do estado da Paraíba, o movimento encontrou no campo uma enorme resistência entre os interesses do latifúndio e os ideais dos grupos que lutavam pelo livre acesso às terras[12]. Foi a partir desta conflituosa troca de "farpas" que o MST foi se estabelecendo, e hoje é considerado o principal movimento de luta pela distribuição de terras, tanto no cenário local como nacional.

Colocado esta pequena introdução a respeito da metodologia e fontes bibliográficas, a partir de agora descrevemos um pouco sobre a história propriamente dita do MST no território paraibano. A forma de organização do movimento, associado a duas palavras bastante utilizados no dia a dia de quem vive essa constante realidade acampamento/assentamento, representa todo um sentido de um território da esperança.

2.1 A Gênese do Movimento na Paraíba.

Como mencionamos anteriormente, o MST é um dos movimentos sociais que mais atua no campo paraibano, lutando por terra e pela reforma agrária. Desde sua origem na Paraíba o movimento se define como uma organização que luta pelos direitos do trabalhador sem terra pelo acesso a terra. A presença do MST no Estado da Paraíba, é datada a década de 80.

A história dos camponeses e a luta pela terra na Paraíba estão diretamente associadas às Ligas Camponesas. Afirmam Cecato e Alves (2010, p.06) que:

[12] Referimo-nos às Ligas Camponesas e a própria conjuntura de luta já implementada pela CPT, antes do MST, chegar à Paraíba.

> As Ligas representavam um poderoso movimento social de luta pela Reforma Agrária, surgido entre [os estados de] Pernambuco e Paraíba, nos anos 1950 e início dos 1960 [este movimento] era uma resposta organizada a grande revolta em função da expulsão dos trabalhadores da terra, por parte dos donos de usinas de cana-de-açúcar, na Zona da Mata.

Outra autora que associa a história da formação do MST com a Liga Camponesa é Silva (2000). Afirma que esta luta se iniciou com as inquietações provocadas pela Liga e com isso fez alimentar o surgimento de outros movimentos sociais no campo, a exemplo da CPT e do próprio MST. Silva (2000, p.02) diz que:

> Inicialmente organizados pelas Ligas Camponesas, e em seguida através de alguns sindicatos rurais, além da atuação da Igreja [Católica] com a criação da Pastoral Rural e posteriormente da CPT [estes movimentos no campo] foram fundamentais no processo de construção de uma visão social e política entre os grupos de trabalhadores rurais. No final da década de 80 surge o MST na Paraíba, como um novo ator na luta pela terra e pela conquista da Reforma Agrária e por um novo modelo de organização socioeconômica.

Tanto Silva quanto Cecato e Alves, reforçam seus propósitos com o que é a luta que o MST adota nos dias de hoje. Uma vez iniciada no Nordeste esta "revolução", em prol do acesso à terra, essa fez nascer o surgimento das Ligas Camponesas, também na Paraíba. Com o fim das Ligas, surgiram outras organizações, a exemplo da CPT. Assim, depois de todos esses acontecimentos o MST que já havia se consolidado na Região Sul, chega ao Nordeste.

De acordo com Silva (2000) a primeira ocupação do MST na Paraíba se deu na Fazenda Sapucaia em 07 de abril de 1989. Apresentamos a seguir, um painel de fotos, mostrando imagens do dia da ocupação na fazenda. Posteriormente faremos algumas considerações sobre este dia tão importante para o movimento no nosso Estado.

Fotos: MST/PB 1989.

Entre algumas das razões pelas quais o MST estabeleceu-se na Paraíba, mais precisamente na porção do Brejo, podemos destacar como fatores dessa escolha: a estratégica localização geográfica do Brejo no Estado, a estrutura agrária dessa região, e a presença nessa área de um cenário de conflitos sociais, políticos e econômicos. Autores como Schiochet (2008 apud Moreira 1997), apontam esses fatores como elementos importantes para a entrada do movimento no campo paraibano a correlaciona-los da seguinte maneira.

Então, uma das primeiras regiões paraibanas ocupadas foi o Brejo paraibano. Moreira (1997, p. 42) o caracteriza geograficamente como:

> [...] subunidade espacial fortemente individualizada dentro do agreste, corresponde a um "Brejo de altitude" de encosta voltada para a ação dos ventos. Localizada no rebordo úmido oriental da Borborema, esta unidade espacial distingue-se pelas favoráveis condições naturais nela encontradas (clima úmido, solos férteis, hidrografia perene), as quais permitiram que a ocupação e a organização do seu espaço agrário tivesse como suporte a atividade agrícola.

Neste recorte de território o MST começou a galgar seus primeiros passos na busca por sua estruturação como movimento de massa aqui no Estado. Consequentemente, a esta primeira etapa o movimento passou a ganhar a cada dia mais adeptos até que o mesmo se estendeu a todas as partes do território paraibano.

Segundo Schiochet (2008, p. 30) em seu trabalho sobre o MST na Paraíba a mesma destaca que:

> É no Brejo que se estabeleceu a primeira ocupação do movimento, este corresponde a uma área de... Atingindo uma área de 1.240 km² (9,8% do território), engloba hoje sete municípios: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Pilões e Serraria.

A própria história desta mesorregião de certa forma contribuiu para o estabelecimento do MST a constatar que, desde os séculos XVII e XVIII esta já se destacava como importante ponto de apoio para as rotas de mercadorias vindas do Sertão, em direção ao Litoral. Além disso, essa região era considerada ponto de referencia de vaqueiros que iam e viam com o gado, do Sertão para o Litoral.

Assim, a região produziu para a época da chegada do MST importantes elementos, como uma estrutura agrária de característica monocultora além de concentrar quadros de uma estrutura social desigual no trato para com o pequeno produtor/camponês. Nesse quadro de análise sobre a temática social do campo paraibano, Freitas (1994, p. 38) diz que:

> A mão de obra utilizada na produção da cana-de-açúcar caracteriza-se por trabalhadores assalariados que foram expulsos de suas terras, moram nos povoados, nas pontas de rua; e por moradores que ainda residem nas terras da Usina, Engenhos e Fornecedores. Todos, temporariamente, passam pelo processo de assalariamento.

Consequentemente associado a este quadro dos problemas sociais, o MST encontrou forças de característica sindical para aqui se estabelecer dentre estes fatos destacamos: a presença das forças sociais que defendiam a luta pela reforma agrária, no qual as mesmas apoiaram o surgimento do movimento no Estado. De acordo com Schiochet (2008), tínhamos de concreto na Região do Brejo paraibano o apoio do Sindicato dos Trabalhadores de Alagoa Grande, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), o Partido dos

Trabalhadores (PT) e indiretamente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e simpatizantes da Reforma Agrária e do MST.

A partir de todos esses fatos o MST passou a se organizar de maneira mais efetiva e diante de todas essas dificuldades resolveu fazer a sua primeira ocupação na Paraíba. Já que desde o primeiro encontro nacional do movimento em Cascavel- PR no ano de 1984, as lideranças que lá estavam decidiram que a única forma para com que o MST "fosse notado", era através das ocupações de terra. E na Paraíba essa primeira ocupação aconteceu na Fazenda Sapucaia.

Para Schiochet (2008, p. 36) "do ponto de vista orgânico, a ocupação da Fazenda Sapucaia, projetou o MST como movimento de massa na Paraíba e evitou que tornássemos um grupo de apoio, como era o desejo de muitos assessores dos [outros] movimentos sociais".

Foi a partir dessa ocupação que o movimento começou definitivamente a se organizar no campo paraibano. Vale aqui também salientar que desde o início o MST contou com o apoio dos outros grupos de movimentos sociais a destacar: as pastorais sociais, o movimento sindical do Brejo, e o apoio do CENTRU. Estas uniões favoreceram com que a primeira ocupação se desse de maneira organizada. A respeito da primeira ocupação apresentamos, a seguir, uma fotografia da época da ocupação da fazenda sapucaia, que nos foi fornecida pela militância do movimento.

Fotos: MST/PB, 1990.

2.2 Acampamentos e Assentamentos, Sinônimos da Luta pela Posse da Terra por parte do MST.

Podemos observar que a história do MST na Paraíba é bastante fragmentada devido a diversos fatores, destacando a ausência de registros sistematizados.[13] Deste modo, a principal contribuição deste trabalho é a divulgação da história de vida do movimento, através dos registros e depoimentos de alguns de seus participantes que vivem diariamente a realidade de acampados.

Pretendemos com isso, organizar e preservar a memória das lutas na Paraíba como também registrar a identidade do MST, sobretudo, na porção sertaneja. E nesta busca por uma maior reflexão, de como é a postura do MST no cenário paraibano, apresentaremos aqui o que são acampamentos e assentamentos.

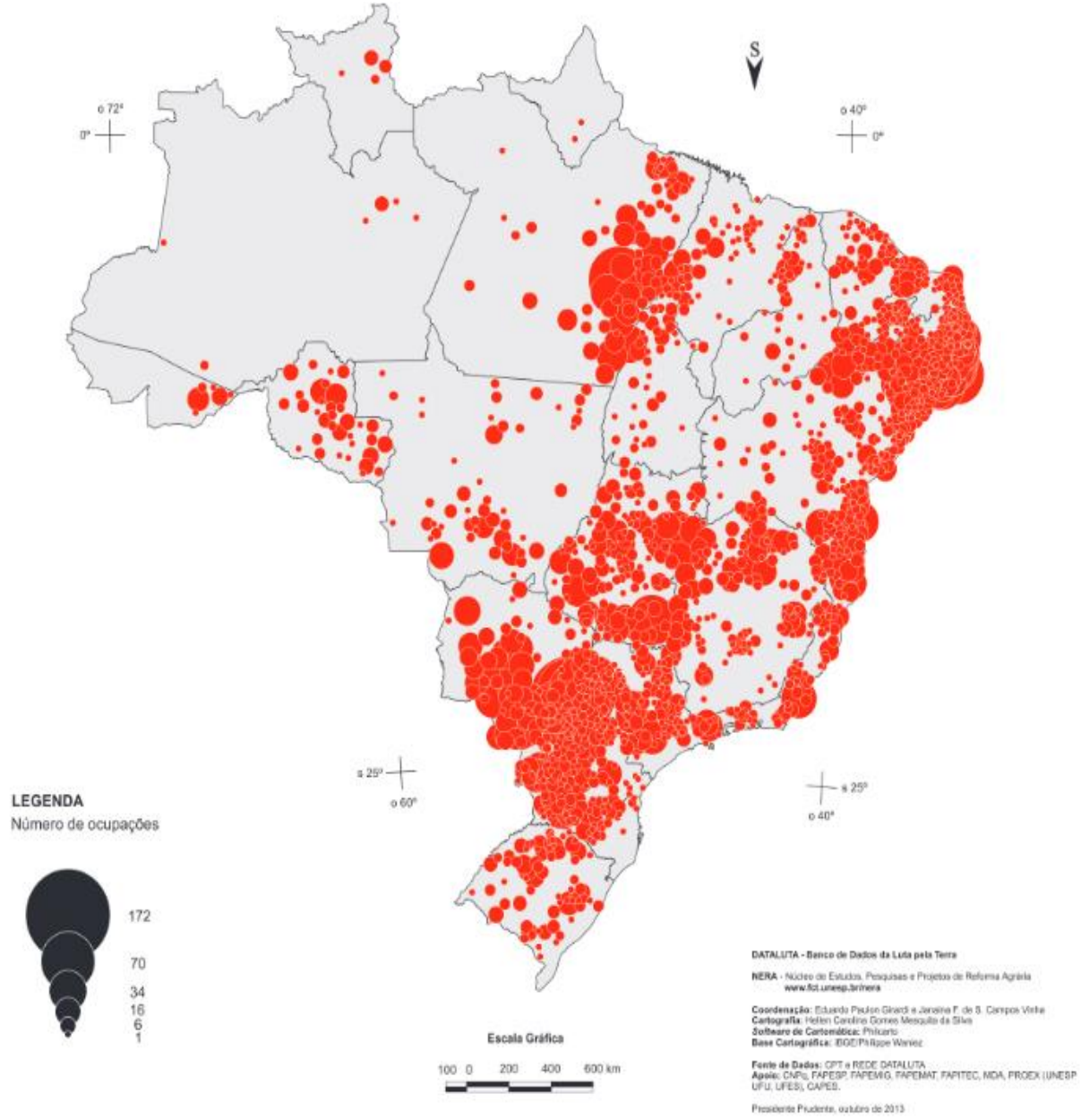
Para o MST (2010) os acampamentos são constituídos/formados, por famílias de camponeses que vivem como trabalhadores rurais, arrendatários, boias-frias, e meeiros que querem ter a própria terra para plantar. De acordo com o próprio MST, (2010 p. 17) podemos relacionar a experiência de vida destas famílias acampadas da seguinte maneira:

> As famílias passam a viver nos acampamentos, nas beiras de estradas ou em áreas abandonadas, enfrentando dificuldades no seu dia a dia para morar, dormir, descansar e comer. No entanto, encontram um refúgio na organização coletiva de uma comunidade, onde todos enfrentam os mesmos problemas juntos. Nesse processo, percebem que essa é a melhor maneira de enfrentá-los. Mesmo anos embaixo da lona preta, resistem por conta da perspectiva de conseguir a terra, entrando em um programa de reforma agrária.

Este conceito apresentado de acampamento sugere um pouco sobre o que é o território pelo qual o movimento almeja. Inicialmente se introduz o modo de vida/organização dessas populações no sentido de resistência para com essa área de disputa de interesses. A seguir, apresentamos o **Mapa 01** – Brasil – Geografia das Ocupações de Terras – 1988-2012, que mostra um pouco mais sobre o desenvolvimento e crescimento das ocupações de terra no Brasil, entre os anos de 1988 e 2012.

[13] Encontramos grandes dificuldades na busca de documentação histórica e de outras fontes diversas, como: relatórios, atas e registros fotográficos. Estão quase todos dispersos pela Paraíba e em outras regionais do Movimento no Brasil e que torna essa tarefa complexa nessa modalidade de pesquisa científica que é o TCC. Alguns líderes do Movimento afirmam o desaparecimento de fontes documentais.

MAPA 1- BRASIL- Geografia das Ocupações de Terra- 1988-2012. Número de Ocupações.



Fonte: Relatório Brasil 2012, DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra, Outubro de 2013.

Neste mapa podemos observar um pouco do que é a atuação do MST, não apenas no Brasil mais como em todo o território nacional. É a ocupação a gênese de lutas pelo qual o movimento a cada dia vem se tornando mais forte.

Analisemos agora a **Tabela 1** – Estado da Paraíba, Nº de Ocupações e de Famílias em Ocupações, segundo as Mesorregiões 1989-2012, - para ilustrarmos e refletirmos sobre as ocupações em território paraibano.

TABELA 1 - ESTADO DA PARAÍBA.

Número de Ocupações e de Famílias em Ocupações, Segundo as Mesorregiões, 1989-2012

Mesorregiões	Número de ocupações	%	Famílias	%
Mesorregião da Mata Paraibana	76	39,2	9127	45,4
Mesorregião do Agreste	40	20,6	4038	20,1
Mesorregião da Borborema	19	9,8	1156	5,8
Mesorregião do Sertão	59	30,4	5776	28,7
Total	**194**	**100,0**	**20097**	**100,0**

Fonte: DATALUTAS - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2012. GETEC UFPB

Como podemos observar, nestes dois exemplos sobre as ocupações de terras no Brasil e consequentemente no Estado da Paraíba, estas refletem uma atual situação em que a população rural busca a cada dia um fortalecimento dos grupos sociais que batalham pela reforma agrária no país.

Este quadro das ocupações de terra no país e no Estado reflete a totalidade dos acampamentos formados. Afinal, para cada ocupação feita surge um acampamento. Na Paraíba, e mais especificamente no Sertão, torna-se necessária essa modalidade de ocupação e constituição dos territórios da esperança, visto a pobreza e exploração dos camponeses que é notória em território nacional. Para termos uma melhor ideia a respeito desta temática no cenário brasileiro, o Próprio MST (2010, p. 17) fez o levantamento de pelo menos "90 mil famílias acampadas (aproximadamente 400 mil pessoas), vivendo em mais de mil acampamentos, distribuídos em 23 Estados e no Distrito Federal".

Moreira (2012) relaciona que as lutas sociais se exprimem entre outros motivos, através da ocupação de terra, destacando que entre 1989 e 2011, 20.097 pessoas participaram de 194 ocupações de terra no Estado da Paraíba. A estudiosa indica que só no município de Sousa havia pelo menos 10 ocupações, sendo assim, o maior índice de ocupação do Estado.

É então nesse processo de ocupação que se dá o primeiro passo pela busca de um território que representa todo um sentimento de esperança para quem da terra precisa. E é nos acampamentos que se desenvolvem toda uma história de vida daquela população ali estabelecida, histórias de diferentes personagens e lugares. Os assentamentos tornam-se "a

terra prometida", a "materialização do território da esperança", que depois de passados muitos anos de lutas e conflitos, a satisfação vem com a posse desta terra.

Já o conceito de assentamento é diferente. Para MOREIRA (2012, p. 6), "Assentamentos rurais são as glebas incorporadas ao programa de reforma agrária INCRA[14], mediante a conquista da terra a partir da luta social, seja via desapropriação, compra e venda ou doação".

Entretanto para o MST (2010, p. 19), o termo assentamento é definido como:

> Assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, morar, estudar e garantir um futuro melhor à população. São conquistados direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: trabalho, casa, escola e comida. Os assentamentos representam o desfecho de um processo no qual o monopólio da terra e o conflito social são superados. Logo depois, se inicia outro processo: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra.

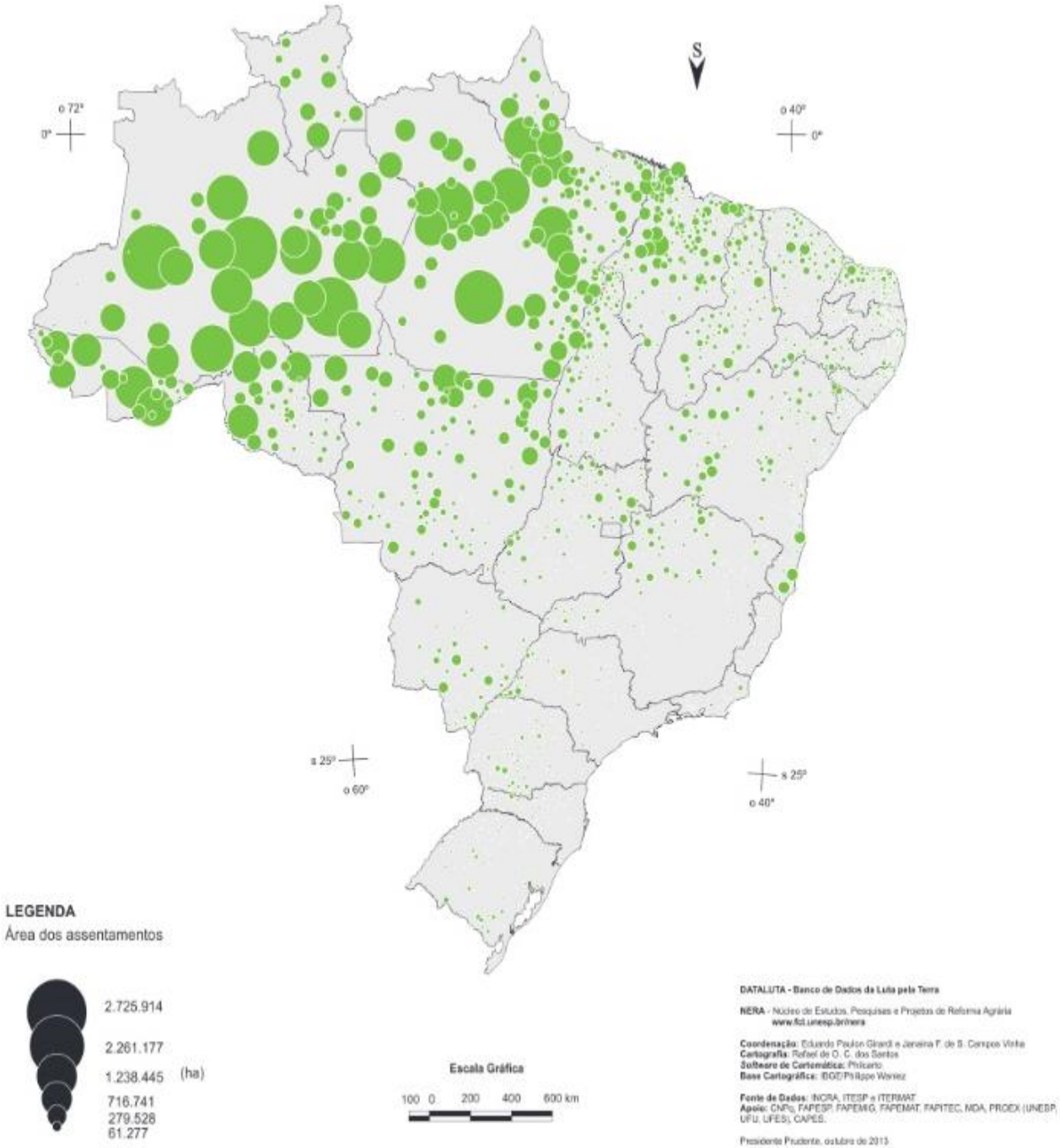
Os assentamentos surgem assim, como uma "objetivação" do que vem a ser o "território da esperança", mas o que vemos na maioria dos assentamentos é apenas um território comum, muito parecido com o acampamento, sem nenhuma infraestrutura aparente, deixando para essas populações que lá residem, a mesma esperança de conseguirem seu sonho final. A constatar que em muitos casos essa infraestrutura não chegou: casas, escolas, postos de saúde, entre outros é precária ou nem mesmo existem. Exemplo disso, temos os assentamentos Nova Vida I , II, na nossa área de estudo.

A partir do **Mapa 02** - Brasil: assentamentos rurais – 1979-2012 área dos assentamentos - abaixo, podemos ter uma melhor compreensão a respeito do número e também da área que os assentamentos ocupam no Brasil. Nele podemos constatar que é na região Nordeste que se concentra o maior número de assentamentos, mas referente ao tamanho é na região Norte que se encontram os maiores assentamentos em extensão territorial.

Segundo Moreira (2012), apenas no estado da Paraíba entre os anos de 1989 a 2011 foram assentadas 13.988 famílias em uma área de 275.421 hectares.

[14] INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, foi criado pelo decreto lei de número 1.110 de 09 de Julho de 1970. Sediado em Brasília-DF, pertence ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

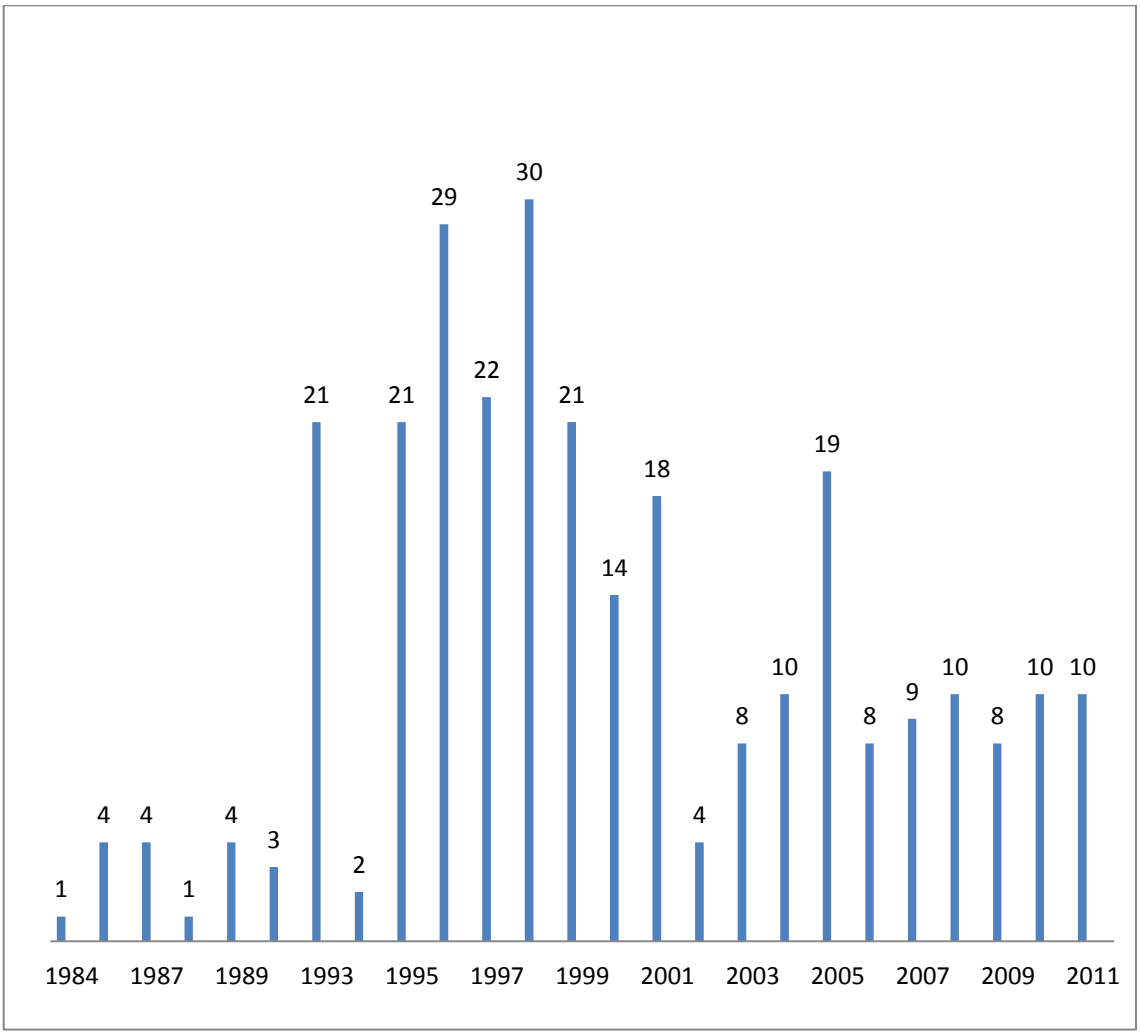
MAPA 2- BRASIL: Assentamentos Rurais – 1979-2012 Área dos Assentamentos.



Fonte: Relatório Brasil 2012, DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra, Outubro de 2013.

De acordo com a autora esta nos informa que foi elaborado um banco de dados denominado Banco de Dados da Luta Pela Terra ou DATALUTA. Neste Banco foi possível observar o **Gráfico 01** – Estado da Paraíba: Número de assentamentos segundo ano de criação que demonstra o número de assentamentos criados no Estado da Paraíba no período que compreende 1984 a 2011.

GRÁFICO 1- ESTADO DA PARAÍBA. Número de Assentamentos Segundo Ano de Criação.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2012. GETEC/UFPB.

Nesse Gráfico acima, Moreira apenas expõe os números colhidos em sua pesquisa, não dando ênfase aos diversos tipos de assentamentos, oriundos da luta pelos diversos movimentos sociais existentes, a mencionar: a CPT e, a CONTAG[15].

Vimos então, nesse capítulo, a diferença entre acampamento e assentamento. Ambas são significativas no decorrer da vida do camponês sem terra, inicialmente na condição de acampado e, posteriormente, como assentado de reforma agrária, o maior objetivo de luta (a conquista da terra).

[15] CONTAG: Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura. Fundada em 22 de Dezembro de 1963. Atualmente conta com 27 federações de trabalhadores na agricultura em mais de 4.000 sindicatos de trabalhadores rurais, espalhados pelo Brasil.

2.3 Algumas Considerações Sobre a Questão Agrária na Paraíba.

A luta pela posse da terra no Brasil é datada desde a época da colonização, fazendo com que essa concentração de terra estivesse ligada aos interesses da monarquia portuguesa que dividia o país com a divisão das Capitanias Hereditárias. Por consequência houve a doação de Sesmarias que favoreceu ainda mais, a posse da terra nas mãos de um pequeno grupo de indivíduos, geralmente famílias tradicionais ligadas à coroa portuguesa.

No caso da Paraíba este tipo de distribuição das terras não foi muito diferente do restante do Brasil a se constatar nas palavras de Moreira (1997, p. 48) que diz:

> Embora não se possa precisar com exatidão o número de Sesmarias doadas na Paraíba, o historiador João de Lyra Tavares na obra História territorial da Parahyba registra 1.138 cartas de doação emitidas entre 1586 e 1824, para plantar cana, criar gado ou cultivar lavouras de subsistência.

Tínhamos assim, os dois moldes necessários para um descontentamento no que diz respeito à distribuição das terras em nosso país. De um lado a grande concentração de terras em pequenos grupos, e por outro os grandes grupos que também queriam/querem a terra organizados através dos movimentos sociais agrários.

Sobre esse quadro Andrade (2005, p. 272) apresenta a seguinte constatação: "só é quando os trabalhadores passam a se organizarem de forma mais aguerrida e começam a exteriorizar suas ações através da mídia, já neste século é que as suas reivindicações começam a serem vistas e ouvidas".

Percebemos então que é a partir do momento em há uma divulgação, conhecimento do movimento pelas classes sociais ditas mais pobres é que o MST passa a ganhar mais força no que se refere à luta no campo.

No caso da Paraíba a sua estrutura agrária está bastante segmentada. Favorecendo assim, o desenvolvimento de pequenos grupos familiares que exercem toda uma rede de influencia sobre o campo, em solo paraibano. A constatar o que nos mostra a **Tabela 2**- Estado da Paraíba Estrutura Fundiária, 2010-2011.

TABELA 2- ESTADO DA PARAÍBA. Estrutura Fundiária, 2010-2011.

Classes de área		2010				2011			
		Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%
TOTAL		115.813	100,00	4.460.779	100,00	119.375	100,00	4.566.837	100,00
Pequena	Menos de 1	3.573	3,09	1.883,60	0,04	3.636	3,05	1.913,92	0,04
	1 a menos de 2	9.764	8,43	12.487,44	0,28	9.939	8,33	12.712,47	0,28
	2 a menos de 5	26.263	22,68	82.705,65	1,85	26.954	22,58	85.007,69	1,86
	5 a menos de 10	21.801	18,82	149.641,90	3,35	22.628	18,96	155.347,58	3,40
	10 a menos de 25	24.668	21,30	381.858,79	8,56	25.505	21,37	394.970,56	8,65
	25 a menos de 50	13.088	11,30	451.214,30	10,12	13.551	11,35	466.705,70	10,22
	50 a menos de 100	8.051	6,95	549.607,61	12,32	8.319	6,97	567.515,57	12,43
	100 a menos de 200	4.688	4,05	630.970,04	14,14	4.832	4,05	650.652,11	14,25
Média	200 a menos de 500	2.915	2,52	863.579,96	19,36	2.995	2,51	886.490,18	19,41
	500 a menos de 1.000	726	0,63	484.074,70	10,85	737	0,62	490.985,65	10,75
	1.000 a menos de 2.000	203	0,18	276.983,40	6,21	207	0,17	281.613,23	6,17
Grande	2.000 a menos de 5000	63	0,05	185.256,05	4,15	62	0,05	183.087,05	4,01
	5.000 a menos de 10.000	9	0,01	51.570,40	1,16	9	0,01	50.890,68	1,11
	10.000 a menos de 20.000	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	20.000 a menos de 50.000	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	50.000 a menos de 100.000	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	100.000 e mais	1	0,00	338.945,00	7,60	1	0,00	338.945,00	7,42

Fonte: INCRA/DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011.

Esta tabela vem representar um quadro em que como já foi abordado reflete a uma série de conjunturas que ao longo dos séculos apenas favoreceu ao interesse de um sistema dominador denominado latifúndio. Com isso, a terra até hoje se encontra sob os interesses de um bloco que domina o campo no país.

Segundo Fonseca, Cecato e Lima (2008 p. 02), a questão agrária paraibana é resultado de um longo processo, cujo ponto inicial pode ser fixado na formação do território colonial brasileiro. “Este por sua vez, alicerçado nos latifúndios improdutivos, fundados com as capitanias hereditárias e as concessões das sesmarias pelos colonizadores”.

Ao analisarmos este quadro da estrutura agrária paraibana, não podemos deixar de mencionar o tipo de agricultura que era praticada nos tempos da colonização, a do tipo *plantation*, voltada exclusivamente para a agroexportação. Tínhamos assim um rodízio de monoculturas que sustentavam a balança comercial brasileira. Outro fator a mencionar, foi à

questão da utilização da mão de obra escrava, inicialmente com os índios e posteriormente com os negros vindos do continente africano.

De acordo com Stedile (2005, p. 27) é "apenas com a assinatura da Lei Áurea em 1888 consequentemente "fim do modo de produção *plantation*", é que começa a surgir o campesinato no Brasil, formado inicialmente por camponeses já europeus, e pela presença do mistiço em nosso país".

Moreira, então começa a partir do ano de 1997, a retratar sua preocupação com a falta de uma reforma agrária eficiente no campo. E sobre este fato apresenta uma reflexão relevante sobre as conquistas dos movimentos sociais no campo paraibano. Em suas incursões pela temática ou problemática do campesinato brasileiro e, sobretudo, o paraibano, desenvolve o conceito de territórios da esperança que é de grande relevância nesta pesquisa.

Na Paraíba, o MST tem a intenção de desenvolver e manter uma logística de apoio a toda a classe trabalhadora rural. Para tanto, resolveu, através de sua direção, dividir o território paraibano em polos, nos quais também se subdividem em brigadas, facilitando assim uma melhor cobertura por parte do movimento em todo o território estadual.

De acordo com informações colhidas em uma conversa informal com o coordenador do MST na Paraíba, Sr. Paulo Sérgio, informou que são cinco polos no Estado da Paraíba e que estão divididos da seguinte maneira: Pólo Reginaldo Sales, localizado no Litoral; Caetés situada no Curimataú; Quebra Quilo em Campina Grande; Juazeiro, no Vale do Piancó; e por fim, o mais importante para esta pesquisa, o Polo Patativas do Assaré, no Sertão. O Acampamento Emiliano Zapata faz parte deste último polo e que é pertencente à brigada sediada na cidade de Pombal.

No Sertão Paraibano, a brigada de Pombal do MST acompanha sete acampamentos que são: Pedra Branca, na cidade de Bom Sucesso; Carlos Mariguela e São Lourenço, em São Domingos; Santa Clara e Verde, Aparecida; Emiliano Zapata, Sousa e; Penha, em Uiraúna. São três os assentamentos, a saber: Nova Vida I e II em Aparecida e; Margarida Maria Alves, Pombal.

2.4 MST e o Sertão Paraibano: uma relação de identidade que se faz presente.

Explicar as relações de identidade que o MST construiu no Sertão Paraibano, se faz necessário, diante de todo o quadro que este movimento ganhou no cenário agrário paraibano.

Notamos então que houve uma migração interna em direção à área em que se concentra a maioria dos latifúndios no Estado.

Para Camargo (1999, p. 170), a importância da história oral surge no sentido de preservação pela identidade do movimento sem terra, que pode ser entendida da seguinte maneira:

> O que uma geração pode capturar é muito grande, em termos de vivência, de narrativa, até de sentimentos, de como as pessoas viviam (viveram) pessoalmente todos os seus dramas, oposições, as raivas que criaram, criticas que faziam uns aos outros. Tudo isso é muito sutil para ser jogado fora.

O sentido de nos referirmos a luta pela terra como um processo de resistência surgiu na necessidade de buscar o apoio da classe camponesa, que forma a grande maioria dos trabalhadores sem terra. No entanto, é o próprio Estado detentor do poder, e é ele quem dita às regras, para a definição e criação dos assentamentos.

No âmbito político, podemos constatar que a maioria dos assentamentos é resultado das lutas sobre os ideais do Estado, que por sua vez deixa para segundo plano, uma discussão sobre a adoção de uma política de reforma agrária eficiente no campo.

No Sertão paraibano a forma como o movimento age é equiparada com as ações do mesmo em outras áreas. Inicialmente existe a ocupação, dos imóveis rurais, depois esta área é dividida em partes entre os membros do movimento. Constituindo assim, os assentamentos. A barreira imposta pelo crescimento do agronegócio fez nascer, não só no Estado da Paraíba, mas também no cenário nacional, uma disputa desigual entre os grandes latifundiários e os movimentos camponeses.

Na mesorregião do Sertão da Paraíba, podemos encontrar vários acampamentos/assentamentos coordenados pelo MST. É no município de Sousa, mais precisamente no Acampamento Emiliano Zapata, que temos o verdadeiro retrato do que é estes Territórios da Esperança. O MST no Sertão Paraibano, como em qualquer outro lugar que esteja, age na intenção da busca pela redemocratização das terras.

Para Raffestin (1993, p. 198) “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Desta maneira, esse território conquistado dentro de um cenário de conflitos é para aqueles que fazem parte do movimento sinônimo de bem estar e de conquista, que também é repassado para aqueles que ainda não conseguiram o acesso a terra.

E assim, para esclarecermos este quadro de distribuições da terra no Sertão, apresentamos um depoimento feito no dia 17 de maio de 2006, por Frei Anastácio[16] a Mitidiero Junior (2006), no qual este relata o domínio das terras paraibanas por famílias tradicionais no decorrer do século XX, especificamente dando ênfase ao Sertão. Frei diz:

> No alto sertão, em Cajazeiras, tinha o grupo Rolim; em Sousa, o grupo Gadelha; aí em Pombal você tem os Carneiros e os Pereiras, que se estendem até Patos; em Patos, você tem os Mota{...} Hoje os Rolim e os Gadelha não têm tanta força, mais continuam aí. Marcondes Gadelha, Salomão Gadelha, que são os grandes corruptos estão aí. Os Pereiras, suas terras já foram quase todas desapropriadas no sertão, os Carneiros também perderam força.

Como podemos observar nas Palavras de Frei Anastácio, muito do que ele informa ainda é notória, mesmo com o passar dos anos no campo paraibano. Tomando agora o caso mais especifico do Sertão, ainda podemos, facilmente, encontrar este cenário de concentração fundiária, pois as terras muitas das vezes se encontram completamente abandonadas, outras frutos de herança e que permanecem por longos anos sob processo judicial.

Este é o cenário encontrado em grande parte do Sertão paraibano, onde as terras estão ainda concentradas e que servem apenas aos interesses do capital latifundiário. O fato que melhor explica esse cenário é a concentração de terras por a Multinacional denominada Grupo Santana, localizada a poucos metros do acampamento Emiliano Zapata.

Ao longo deste trabalho procuramos destacar que o problema fundamental pelo qual o camponês se depara no seu dia a dia é a concentração fundiária, junto com ela vem à falta de políticas públicas voltadas para a realização da reforma agrária ampla e digna no país. Isto "pode ser explicada" por o seguinte motivo, é geralmente a classe política em sua ampla maioria os grandes detentores de terras no Brasil.

[16] Foi ex-coordenador da CPT na Paraíba e atualmente exerce o mandato de deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

CAPÍTULO III – OS PRIMEIROS PASSOS EM BUSCA DOS TERRITÓRIOS DA ESPERANÇA.

Os Primeiros significados do que poderia vir a serem esses Territórios da Esperança, não apenas para o movimento dos sem terra, mais como também para todos os movimentos sociais que lutam por esse fim, que é a terra, nasce com as pesquisas de Moreira em 1997. A mesma inicia assim seus estudos, sobre a questão agrária na Paraíba.[17] Nestes trabalhos são abordados temas relacionados à história do grande latifúndio presente no Estado da Paraíba, além dos diversos conflitos ocorridos no campo a partir da década de 1970.

Mais é somente a partir do seu projeto de pesquisa aprovado no âmbito da Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, denominado *Território(s) de Esperança* elaborado pela referida autora e em conjunto com outros membros, entre os anos de 2007 e 2009 é que este conceito começa a ganhar destaque, no cenário de estudos sobre a ação dos diversos movimentos sociais no campo. A exemplo disso, temos o caso do MST.

Neste capítulo, abordaremos um pouco do quadro que envolve o dia a dia de um acampamento sem terra o Emiliano Zapata. Buscamos então através do levantamento de bibliografias, documentos, e do próprio trabalho de campo, conhecer a história de vida [18]da população que lá reside. E a partir daí (re) construir um novo conceito para território da esperança, sobre a perspectiva da realidade por nós presenciada neste acampamento.

Foi através desse levantamento documental, icnográfico, que pudemos demonstrar a importância que tem o MST como movimento social, para as diversas famílias que hoje estão no Emiliano Zapata. Assim, no que se refere à metodologia não poderíamos deixar de destacar a contribuição dada pelas diversas narrativas, fazendo com que as memórias dos acampados tornassem foco principal da pesquisa. Relembrando Pierre Nora, memória é o vivido e história é o elaborado. Estas fizeram com que pudéssemos correlacioná-las ao sentido de identidade defendido pelo pequeno camponês/sem terra.

Entender o que se passa em um acampamento de sem terra, em que diferentes pessoas almejam um objetivo em comum, a terra. Passou a ser tarefa fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Assim, a gênese do acampamento Emiliano Zapata, surgiu

[17] Obras: Capítulos de Geografia Agrária na Paraíba (1997), Por um Pedaço de Chão (1997). Emilia de Rodat Fernandes Moreira.

[18] "História de vida pode ser considerada um relato autobiográfico, mas do qual a escrita que define a autobiografia - está ausente. Na história de vida é feita a reconstituição do passado, efetuado pelo próprio indivíduo, sobre o próprio indivíduo" FREITAS (2006, p. 08).

num contexto de lutas que o MST enfrentou/enfrenta diariamente na luta pela estruturação de seus territórios, na busca sempre constante pela construção de uma nova identidade ligada ao homem do campo.

3.1 Identidade e luta: a práxis de Zapata.

O conceito de identidade utilizado pelo MST enquanto movimento social chega ao campo de ação dos acampamentos, e assentamentos como uma forma de reivindicar o direito de acesso/posse a terra, que historicamente vem sendo tomado dessa classe trabalhadora do campo brasileiro.

Ao passo que é nesse contexto de lutas territoriais travadas entre o pequeno produtor/sem terra e o latifúndio que a materialização dos fatos acontece. Abordando esta temática, SANTOS (2011, apud HALL 2006, p. 13) utiliza-se do seguinte argumento a respeito do novo modelo de identidade defendido por esta classe trabalhadora, a saber:

> As identidades como outros elementos sociais estão num constante processo de mudanças, marcado pela contradição de processos diversos de ordem política, social, econômica e cultural que coagem os indivíduos ou sujeitos a construírem novas identidades e processos culturais, redefinindo suas práticas e maneiras de atuação para atender a objetivos diversos e conseguir sobreviver no contexto que estão inseridos.

O MST é então um movimento social, que busca através de suas ações lutar por uma valorização do que para eles é entendida como nova identidade. Nova identidade, no sentido de que é apenas através da união, coletividade de um movimento que o descaso pelo acesso/posse da terra "pode" ser solucionado.

Segundo Martins (1994, p. 156) estas famílias apoiadas pelo movimento não querem apenas seu pedaço de terra, estas:

> Querem mais que reforma agrária encabrestada pelos agentes de mediação. Querem uma reforma social para as novas gerações, uma reforma que reconheça a ampliação histórica de suas necessidades sociais, que os reconheça não apenas como trabalhadores, mas como pessoas com direito à contrapartida de seu trabalho, aos frutos do trabalho. Querem, portanto, mudanças sociais que os reconheçam como membros integrantes da sociedade. Anunciam, em suma, que seus problemas são problemas da sociedade inteira. Que a derrota política de seus agentes de mediação, não os suprime historicamente. A falta de reforma agrária não acaba com o

> camponês, com o pequeno agricultor, com o trabalhador rural. Ao contrário, multiplica as responsabilidades das elites políticas porque suprime uma alternativa de integração política social e econômica de milhões de brasileiros que vivem no campo, em condições cada vez mais difíceis.

Ou seja, continuar querendo ser camponês também não é fácil, pois a realidade vivida num acampamento é bastante difícil. Explicar a resistência pelo universo simbólico cultural não é suficiente. Afinal, estamos a pensar que a necessidade de existência e de reprodução social é maior, pois o acesso a terra poderá lhes garantir a esperança de autonomia e dias melhores. Daí a necessidade de escrever sobre a identidade, modo de vida, memória e o cotidiano daqueles que vivem no acampamento Emiliano Zapata.

Simonete (1999, p. 56), pesquisadora da valorização e da preservação da identidade do camponês sem terras, afirma que: "Embora se tenha clareza da subordinação dos camponeses à lógica capitalista, não é só isso que se explica a persistência deles em seguir sendo camponeses. Persistem nesta luta para reafirmarem seu modo de vida, ligados ao seu universo simbólico cultural".

Neste acampamento, fizemos o levantamento das narrativas e memórias, a partir dos depoimentos de vários sujeitos, camponeses sem terra que lá vivem. Uns entre um e dois anos e outros, desde a ocupação da área, ou seja, mais de oito anos. Todos têm um pouco de história a contar a respeito de sua permanente luta pela posse de um pedaço de terra. Ser acampado, estar acampado num território de conflito agrário não é, para a maioria, escolha própria, e sim uma última opção de luta para a realização de seus sonhos/esperança.

No que se refere aos nomes dados aos acampamentos, de modo geral, são atribuídos nomes de pessoas importantes que marcaram a história de lutas sociais. A intenção é valorizar e, até mesmo, homenagear os ícones da luta pela terra, daqueles que perderam até mesmo a vida para assegurar terras a seu próximo. É um exemplo disso, o próprio nome do território objeto de nossa pesquisa, acampamento Emiliano Zapata.

Recorrendo a biografia[19], associamos o nome Emiliano Zapata a um símbolo de resistência. Trata-se daquele que manteve acesa a luta permanente contra o poder do latifúndio e defender aos direitos dos pequenos produtores, ou melhor, o camponês. Emiliano Zapata Salazar foi um importante revolucionário mexicano que durante a sua pouca trajetória de vida, pouca no sentido do mesmo ter vivido apenas quarenta anos, resolveu lutar e se

[19] Ver mais sobre a biografia de Emiliano Zapata em: http://www.infoescola.com/biografias/emiliano-zapata/; http://educacao.uol.com.br/biografias/emiliano-zapata.jhtm e http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EmiZapat.html.

dedicar a um lema até hoje seguido pelos movimentos socioterritoriais que é: “terra e liberdade” em oposição ao latifúndio.

Mais conhecido como Zapata, foi descendente de família pobre, e encontrou na bandeira da reforma agrária um atento de vida e de dedicação. Participou ativamente da emblemática Revolução Mexicana, ganhando vários inimigos. Na intenção de construir um país mais digno começou a se influenciar por pensamentos anarquistas, tendo assim no conflito armado a única solução para a mudança de postura do governo em relação à posse e distribuição das terras e assim o fez.

Montou seu próprio exército e, aos quase quarenta anos, veio falecer, enganado por um membro do governo. Seu legado ficou de pé. Uma frase dita refere-se ao seguinte pensamento: “É melhor morrer de pé do que viver de joelhos". Até hoje o chamado exército zapatista faz oposição ao modo de produção vigente no México.

Esta frase tão forte de Zapata faz menção às diversas provações que o pequeno produtor enfrenta frente à ganância de um sistema de valorização das grandes multinacionais agrícolas existentes atualmente que é o latifúndio. Nesta pesquisa, valorizamos o ser camponês, que enfrenta grandes problemas no embate com as oligarquias do campo. Seu modo de viver e de conviver lado a lado com os interesses do capital tornou-se, ao longo desses séculos, sinônimo de conflito e de rejeição.

3.2 Chegada do MST ao Acampamento Emiliano Zapata: relatos, narrativas e memória dos acampados.

No tocante as fontes oficiais que tratam da data precisa da chegada do MST no acampamento Emiliano Zapata estas não nos foram disponibilizadas por parte do próprio movimento. Assim, o relato documental que faz menção as informações sobre a implantação deste acampamento, estará disponível através das narrativas e memória dos primeiros habitantes, residentes no acampamento.

Albuquerque Jr, (2006, p. 236-237) menciona e correlaciona esta forma de ver a terra como algo íntimo, do ser pequeno camponês/sem terra, onde é na terra que esse homem constrói seu cenário de identidade, ligando-se a natureza como forma de valorizar seu espaço de vivência. Nesse sentido, a terra surge como “Espaço de construção humana, como uma ficção que dá sentido a natureza. Um cenário onde os homens projetam os seus desejos, as suas aspirações, as suas vontades, o seu poder e as suas ambições”.

O Emiliano Zapata nasceu como uma fonte de esperança, por parte de aproximadamente no principio 50 famílias, que no ano de 2007, deram início a ocupação do que hoje é o acampamento. Em visita de campo ao acampamento podemos através, de registros fotográficos, narrativas retratam um pouco da realidade deste acampamento.

No que se refere aos dados demográficos do Acampamento Emiliano Zapata, este atualmente conta com aproximadamente 240 residências, salientando que nem todas estão ocupadas, que de acordo com informações de um dos coordenadores de grupo no acampamento hoje vivem, residem cerca de 200 a 220 famílias algo em torno de 650 pessoas.

Esse número total está dividido nos dois lados da BR 230, 100 famílias no lado esquerdo e 140 aproximadamente no lado direito. Temos ainda um número de aproximadamente 76 crianças do sexo masculino e 106 do feminino. Logo abaixo, apresentamos um recorte espacial do atual Acampamento Emiliano Zapata.

Fonte: Imagem de Satélite, Google Earth. 2013.

O Acampamento Emiliano Zapata quanto a sua infraestrutura conta com barracos construídos em sua maioria com material de refugo. Pedaços de madeira, barro, lonas, palhas

de coqueiro, pedaços de zinco. Cada uma dessas “residências” dispõe em sua maioria de três a quatro cômodos, sala, quartos, cozinha. O banheiro fica geralmente na parte externa da casa.

No Acampamento não existe rede de saneamento básico, as necessidades fisiológicas são feitas a céu aberto ou em fossas improvisadas. A área total do acampamento é de 1.030 hectares divididos nos dois lados da BR 230, as ruas são subdivididas entre principal e secundária.

A renda dos acampados é oriunda principalmente da agricultura, essa de subsistência. Cada família dispõe de um quintal de algo em torno de 30-40 metros. No qual nesses são cultivados diversas culturas, hortaliças, leguminosas, frutas em geral. Dando destaque, o plantio do feijão e do milho. Nesse espaço, alguns camponeses que dispõe de uma condição financeira um pouco melhor criam no seu quintal, galinhas.

Nas áreas segundarias ao Acampamento, na época da chuva é que são plantadas as culturas tradicionais em maior escala, além de destinar espaços para a criação de ovinos e caprinos. No acampamento não existe, posto de saúde, escola, praças, enfim, nada de infraestrutura oriunda do poder público, sobre essas questões posteriormente serão considerados algumas narrativas dos próprios sujeitos que fazem o Emiliano Zapata. Abaixo apresentamos algumas das fotografias que foram tiradas nos dias de visita ao acampamento. Nelas demonstramos um pouco do que é à estrutura do lugar.

Fotos: SILVA, J A. 2014.

Havia e ainda há uma grande disparidade entre o já mencionado pequeno produtor/camponês, com o grande latifundiário de característica internacional. O acampamento está localizado a poucos metros de um território voltado ao agronegócio de interesses internacionais. O acampamento está localizado a poucos metros de um campo de interesses políticos e econômicos que é o Perímetro Irrigado de Várzeas de Sousa (PIVAS). Interesse tanto por parte do Governo, como pela própria disputa entre os empresários sousenses e, até mesmo, pela especulação do capital internacional.

No primeiro contato, buscamos informações sobre a própria organização dos acampados. Queríamos saber também sobre outras questões postas, como: Quem seriam as personagens que teriam um maior conhecimento sobre a origem do acampamento? Quem

eram os representantes do movimento sem terra naquela localidade? Enfim, estes foram alguns dos questionamentos inicialmente introduzidos.

Sobre este tipo de procedimento metodológico que foi o trabalho de campo, este, na Geografia remete-se a uma área de pesquisa, espaço de contextualização de diversas atividades humanas, um espaço de troca de saberes, em que a compreensão das contradições espaciais passa a existir. Nessa perspectiva, o uso desta metodologia foi aplicado buscando a observação da área do acampamento, permitindo assim, uma maior interação entre as pessoas e os espaços desta comunidade.

Como já mencionado anteriormente, os dados oficiais que constam a data exata da primeira ocupação do acampamento estão à disposição do próprio MST, em sua sede na cidade de João Pessoa, capital Paraibana, dos quais não tivermos acesso.

E para tanto o que conseguimos foi uma conversa informal com o líder do MST, no Estado, na qual ele se disponibilizou a procurar no acervo do movimento imagens e ofícios da época da ocupação do Emiliano. Mais que infelizmente até a data da apresentação desta pesquisa, este material não chegou a nossas mãos. Fato esse "justificado", pelo próprio presidente do MST no Estado, devido a um acontecimento onde alguns documentos do movimento foram extraviados de sua sede na Capital.

Como o trabalho não poderia parar, segundo o representante da militância do movimento sem terra na Paraíba, ainda em conversa informal, ocorrida na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na cidade de Aparecida. No início de Janeiro deste ano, o mesmo relatou que a ocupação da terra por parte das famílias no Emiliano se deu em duas etapas distintas, expostas da seguinte maneira:

> Na primeira etapa aproximadamente 50 famílias se concentraram no local que hoje é o acampamento. Esta ocupação ocorreu porque já tínhamos o conhecimento que ali, aquelas terras já eram propriedade do governo. Ali, antes era uma antiga propriedade de um rico latifundiarista da cidade, que com o tempo foi se tornando objeto de disputa na própria família até ser apropriada pelo Estado. Depois fomos até a periferia da cidade de Sousa, e das cidades vizinhas na intenção de juntar pessoas do campo, sem terras, que estivessem a fim de iniciar a nossa ocupação. Passamos cerca de dois anos fazendo esta coleta de pessoas para iniciar a ocupação. Mais ou menos, isso se deu pelo ano de 2005. A segunda fase se deu com a ocupação do lugar no ano de 2007. Essa com cerca de 50 famílias, justamente com a gente se estabeleceu naquele lugar, levantamos as primeiras barracas de lona (Coordenador do MST, na Paraíba, Janeiro de 2014)[20].

[20] Não há registros documentais e fotográficos nos acervos do MST. Os líderes e coordenadores alegam terem perdido o material histórico.

A fim de confrontarmos estas informações fomos ao acampamento e chegando ao mesmo tivemos a oportunidade de conversar com um casal que, segundo um dos coordenadores do movimento no acampamento estes haviam/estavam presentes no local desde a sua ocupação. Então nos deslocamos até a residência deles. Chegando a casa encontramos um casal de idosos, que muito contribuíram com esta pesquisa, nos fornecendo informações preciosas a respeito do surgimento do acampamento a apresentarmos o seguinte depoimento:

> Cheguemos aqui no dia sete de junho de dois mil e sete. Somos naturais do Rio Grande do Norte, mais faz mais de quarenta anos que vivemos em Sousa. Sempre vivemos da agricultura, vivendo de poceiros por diversas fazendas. Foram os militantes que foram à cidade para procurar a gente. No início foram 48 famílias, depois ficaram apenas 17. As outras saíram pela falta da água (Acampados 1-Emiliano).

Neste primeiro momento encontramos uma conformidade entre os dados. Assim sendo, a história que trata dos primeiros passos do acampamento se deu de maneira coletiva, organizada e fundamentalmente bem constituída. Tinha-se uma terra sem uso, por parte do Estado, fez-se o levantamento e cadastramento de famílias interessadas no sonho da conquista da terra e por fim, deu-se a tomada do território por parte destas famílias. Cada uma com sua história própria de luta pela posse da terra.

Em continuidade a este primeiro momento da ocupação, vale ressaltar que a própria organização do movimento sem terra, fez nascer, através do levantamento de dados na coleta e busca das famílias sem terra, a primeira etapa do processo da construção do território da esperança que ali iria se desenvolver.

Nos primeiros dias da chegada destas famílias, estas relatam que a principal dificuldade e que causou o enfraquecimento do movimento foi à própria característica de ordem física de nossa região, principalmente, relacionada ao nosso clima. Os problemas associados à particularidade de nosso semiárido, afinal, como viver em um lugar sem o bem mais essencial, a água. Daí o motivo principal da saída da maioria das primeiras famílias que lá se estabeleceram, segundo os seus relatos. A respeito desta constatação outro acampado fez o seguinte comentário:

> Os primeiros dias aqui foram muito difíceis, não tínhamos nada. Viemos com nossa roupa do corpo. Montamos umas barraquinhas de lona. Não tínhamos comida, água pra beber. Afinal, no lugar tava tudo seco, só mato, alfazema. Foi muito difícil! Ai também os militantes quiseram também ocupar outro lugar. Daí levou a gente daqui. Assim ficou pouca gente aqui, e ainda estamos até hoje, os de lá que saíram uns já são assentados e nós ainda nada (Acampado 2, Emiliano).

Percebemos então, que muitas coisas aconteceram desde a chegada dessas famílias ao acampamento. Barreiras foram colocadas, para que essas pessoas lá se estabelecessem. E essas dificuldades ainda estão sendo expostas até os dias atuais. Mas, com uma força e esperança que é plausível estes acampados encontram um sentimento de esperança pela conquista de seus territórios.

As terras hoje ocupadas pertenceram e eram da antiga fazenda de Assis Braga, rico produtor da cidade de Sousa, a qual foi arrendatário. Nesta terra o mesmo cultivou algodão, e posteriormente com a crise deste produto começou a desenvolver outra atividade muito peculiar aos grandes fazendeiros do Nordeste em geral, a criação de Gado.

Nestas terras, algo em torno de mil hectares, ou um pouco mais, chegaram os primeiros ocupantes, as famílias apoiadas pelo MST. Chegando ao local, estes sem terra se utilizaram apenas de uma pequena parte da antiga fazenda, mais precisamente o lado esquerdo da BR-230. A respeito da chegada dos primeiros camponeses sem terra, ao local do hoje acampamento, apresentemos abaixo mais um depoimento de um dos seus percussores que desde a época da fazenda vive na área:

> Eu vivo e trabalho aqui desde a criação do gado, há uns vinte anos. Era um dos vaqueiros do patrão. Passava o dia cuidando do gado, correndo atrás das vacas pelas juremas, tirando leite, alimentando os animais, trocando de roça. Fazia de tudo. A fazenda aqui tem 1.030 hectares. Dos dois lados da pista, quando as primeiras pessoas vieram pra cá, a terra já não era mais do home, não. Ai como eu já praticamente morava aqui, eu resolvi ficar com o movimento, pois minha esperança é que essa terra saia. Eu tenho meu barraco e no quintal dele faço minhas plantas, e também trabalho a um e a outro aqui, quando tem serviço. Hoje a gente vive na área de 530 hectares, desse lado esquerdo da pista e com fé essa terra sai (Acampado 3, Emiliano).

Podemos observar nestas poucas narrativas que expressam as memórias dos acampados do Emiliano Zapata que existe uma ligação muito forte pela construção da

identidade de serem camponeses. Ela é expressa no sentimento de como eles gostam do campo, da terra e de tudo que está relacionado à mesma.

Deste modo, é nesta chegada a terra que esta construção do termo território da esperança começa a dar seus primeiros passos. É no cuidar do solo, é na disposição de passar horas ao sol, que a luta por dias melhores se constitui em que apesar de todas as dificuldades enfrentadas a outro acampado lhe foi feita a pergunta: O Sr prefere a cidade ou aqui? Sem pensar duas vezes, ele nos respondeu: “Claro que aqui, (risos) minha vida toda está ligada a terra” (Acampado, 3).

A respeito desta problemática de ser, ou está em uma situação de luta por um ideário, aqui retratamos o embate que existe pela não realização de uma política de reforma agrária descente e de âmbito nacional. Sobre esta questão Mitidiero Junior (2011, p. 01), em um de seus estudos sobre a questão agrária no país, redigiu um artigo denominado Reforma Agrária no Brasil: Algumas Considerações Sobre a Materialização dos Assentamentos Rurais e apresenta a seguinte constatação:

> Para se realizar uma melhor reflexão sobre o tema, partimos de um reconhecimento de que o Estado, sobretudo nos últimos vinte anos dos governos federais que se sucederam, não é o único e principal protagonista do surgimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. Pelo contrário, a sociedade civil organizada em movimentos sociais no campo é quem pressiona o Estado para a realização da Reforma Agrária. Durante as diferentes etapas que caracterizam o processo do assentamento, surge uma série de problemas decorrentes da transformação de família sem terra para família assentada, pequena produtora rural. No bojo desse processo a relação que estabelecem Estado, famílias assentadas e movimentos sociais apresenta-se de forma conflituosa, produzindo uma série de limitações à concretização da conquista da terra.

Então é a partir deste cenário de falta de interesse (político, sobretudo) que as lutas dos movimentos sociais se acentuam, sejam elas na cidade ou no campo. No acampamento Emiliano, passados todos esses anos de luta social, pouca coisa aconteceu, mesmo com o apoio do MST, no local. Com a chegada dos sem terra, logo começaram os conflitos, pelo acesso as mínimas condições básicas de subsistência, água, energia elétrica, além de infelizmente retratar, mais que atualmente é recorrente ao MST, os emblemáticos e decorrentes enfrentamentos com o poder público, que tem na repressão da força policial, muitas das vezes a truculência de sua ação.

Nesta fotografia retratamos uma dessas formas de resistência, para com os problemas dos acampamentos/assentamentos do MST, na cidade de Sousa.

Foto: Manifestação do MST, no Sertão. Globo. Com/G1PB, 2014.

Nesta imagem podemos ver os agricultores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) fazendo um protesto paralisando o trânsito no km 455 da BR-230, em Sousa, no Sertão Paraibano. Onde segundo informações do G1-PB, cerca de 200 camponeses interditaram a rodovia em protesto contra a demora no trato das questões que envolvem a distribuição das terras no acampamento Emiliano Zapata, além de fazerem uma contestação pela forma que o Grupo Santana, empresa agrícola que tem plantações nas várzeas de Sousa, pratica sua agricultora se utilizando de grande quantidade de agrotóxicos, que segundo os acampados estão prejudicando a vida no acampamento.

As outras ações referentes ao descaso para com o movimento é à questão do despejo, das famílias da terra por eles ocupadas, uma conduta denominada reintegração de posse, e no Emiliano como é rotina isso também aconteceu. Chegado os primeiros sem terra, mas de maneira diferente felizmente, (no sentido da não truculência, violência, para com os sem terra), a policia chegou e pediu para eles saírem, e sem confronto isto ocorreu. Mais sobre este episódio, tomemos como referência o depoimento de mais um acampado:

> No dia que a gente chegou aqui, no mesmo dia a tardezinha a policia chegou. Mandando a gente sair, da terra. Daí, passamos pro outro lado. Estávamos no lado esquerdo, fomos pro direito, mais eles agiram pacificamente. Mais ai quando foi com 24 horas depois a gente voltou de novo pro mesmo lado, e ainda estamos até hoje (Acampado 4).

A respeito deste assunto, na própria coleta de dados, estes se divergem, alguns afirmam que foram duas vezes que ocorreu essa ação policial. Outros confirmam a citação acima transcrita, que houvera apenas uma ação desse tipo por parte da polícia. A título de preservação das informações aqui contidas foram ouvidos nesta pesquisa apenas os mais velhos da comunidade e os representantes da militância do MST no local. Além dos depoimentos colhidos na conversa com o representante do movimento no Estado.

O resultado é o depoimento controverso de alguns informantes. Uns contam uma história bem diferente dos coordenadores do Acampamento. Existem hoje no Emiliano sete coordenadores de grupos, que tem a função de orientar, informar, os procedimentos adotados pela militância aos demais acampados. Estes são responsáveis pela organização do acampamento, enquanto território de respeito e responsabilidades, afinal estamos falando de uma comunidade com diversos tipos de pessoas e pensamentos, erros e acertos, e é na mão desse coordenadores de grupo, que estão a possível resolução dos problemas acometidos no acampamento.

Nesses indivíduos está à representação de cerca de trezentas e cinco famílias que estão cadastradas pelo INCRA, mas que segundo os próprios coordenadores esse número hoje chega a aproximadamente duzentos e quarenta famílias. Situadas em uma área de 530 hectares. Destas duzentas e quarenta famílias, apenas cem delas aguardam o titulo de posse desta terra. Ficando assim este número de cento e quarenta famílias a serem contempladas posteriormente, que não se sabe quando isso ocorrerá. Além de sobrar 500 hectares de terra, para o interesse do Estado, ou seja, estamos diante mais uma vez de um quadro de enorme segregação territorial.

Em reunião as lideranças e os acampados decidiram por uma melhor organização administrativa no acampamento. Decidiram que deveria haver um coordenador por um certo número de famílias acampadas para melhor gerir os problemas no acampamento.

Segundo um dos coordenares do movimento no local, este nos informou que são trinta e quatro (34) famílias por coordenador. Para ele é um número muito grande de famílias para responsabilizar. Explica que essa tarefa é desgastante e, muitas vezes, conflituosa e emblemática. Isso se deve, pelo que conta, ao fato da divisão/ benefícios das primeiras cem famílias cadastradas. Isso gera até hoje, conflitos internos dentro do acampamento e, assim fica, muitas das vezes, uns acusando certos coordenadores de distribuição de terras realizada de modo tendenciosa.

A respeito desta difícil função de lidar com muitas pessoas, os próprios coordenadores cobram uma maior atenção por parte do MST, no acampamento. Sobre esta

situação de descontentamento da ação das lideranças do movimento no local, apresentamos a narrativa de mais um dos acampados:

> Agora os militantes só veem aqui de três em três meses, e quando veem, e quando estão aqui é apenas para pedir dinheiro, nossa esperança é que essa terra saia, que seja pra cem ou pra todos o importante é que ela saia logo, não aguentamos mais esperar (Acampado, 5)

Dentro desta linha de interpretação, dos que fazem o acompanhamento das atividades, no acampamento esse critério de divisão proposto pelo INCRA tornou-se a principal causa de conflitos internos no acampamento Emiliano Zapata. Onde ninguém sabe ao certo quem são estes 100 contemplados.

A respeito dessa situação de permanente espera por informações e posicionamentos, Oliveira (1991, p. 26) atribui este quadro ao que ele considera que no país como todo, existe essa "queda de braços", desigual, entre o Latifúndio e os Movimentos Sociais, na luta pela terra, a constatar:

> Ao mesmo tempo que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso tenham que continuar seu devir histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: a migração como necessidade de sua reprodução, a luta pela fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo. Quando essa possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa onde ela se tornou capitalista. O Movimento dos Sem-Terra é um bom exemplo dessa realidade.

Outro problema comum observado no acampamento foi a constante desorganização do movimento enquanto sociedade coletiva e participativa. No caso do acampamento Emiliano Zapata, esta conduta não se refere aos objetivos do MST como movimento social. A ideologia do movimento está caracterizada no trabalho coletivo.

Cada família tem seu barraco com quintal. Uns possuem lotes maiores e outros menores. Neles, cultivam seus alimentos (hortaliças e frutas) e criam pequenas quantidades de ovelhas, cabras e gado. Ainda não há como praticarem o coletivismo produtivo, ficando na

cultura individualizada que só se acentua. Nos dias em que estivemos no acampamento notamos a não realização, em nenhum momento, alguma tarefa coletiva. Isso é complicado.

Evidente que não eram todo (a)s acampado (a)s que tem uma perspectiva futura de individualismo. Nos dias da pesquisa, conversei com mães de família que tinham e têm muitas ideias para o desenvolvimento do lugar. E nesse lugar, onde a pobreza é visível, as novas perspectivas de futuro e desenvolvimento são sempre bem vindas. No acampamento falta muita coisa, alguns barracos estão de maneira alinhada e organizada, dando aspecto de ruas. Em outras áreas os barracos estão completamente soltos e isolados em habitações dispersas.

No que se refere ainda à estrutura do lugar, observamos a presença da energia elétrica no local. Os informantes contam que a conquista dela foi fruto de muito trabalho e esforço. Essa conquista possibilita o desenvolvimento da comunidade. Outro elemento a destacar é hoje a rede de água para os barracos, pouca mais eficiente e necessária para matar a sede dos que lá residem. A água vem de um dos canos que abastecem a multinacional visinha ao acampamento. Existe água apenas, quando há irrigação nas plantações da empresa, ou quando o sistema está com grande pressão de água nas tubulações. Sobre a infraestrutura do local, destacamos a seguir, duas narrativas a respeito desta temática:

> No início foi muito difícil, não tinha nada. Do que era antes, hoje temos muita coisa, não tinha água encanada, não tinha energia. Hoje o acampamento e suas famílias vivem do trabalho ainda informal da terra. Mesmo ela ainda não estando dividida. Falta apenas a água para irrigação. A que tem dá só pra beber e fazer as coisas de casa e aguar umas plantas no quintal, mais já melhorou muito (Acampado, 6).

> Na invasão eu entrei num barraco de lona preta de dois metros, sem água, sem energia, sem nada. Era só a lona. Passamos quase dois anos assim. Hoje, melhorou um pouco mais, mas ainda falta muita coisa. A minha maior preocupação aqui é que daqui uns dois anos isso vire um favelão. Devido à falta de interesse dos governantes. Estamos como se diz: jogados ao esquecimento, mais o maior problema mesmo, nosso ainda é a questão da terra. Outro problema é a falta de assistência em saúde, se ficamos doentes e vamos pra Sousa não somos atendidos e se vamos pra Aparecida eles vão e mandam nós de volta, ninguém tem responsabilidade pela gente (Acampado, 7).

O depoimento mostra um pouco mais sobre as dificuldades que essas famílias enfrentam no Emiliano Zapata. Uma situação de total abandono por parte dos órgãos governamentais, poder público.

Santos (2011 apud SILVA, 2008) retrata que, é a partir dos problemas que o próprio homem enfrenta diariamente é que ele se torna mais forte, na sua maneira de lidar com o mundo, sendo assim, o camponês/acampado começa a efetivamente tomar ciência de buscar nos grupos sociais territoriais, que lutam pela terra um apoio, uma maneira de se fortalecer através da vivência em grupo, mesmo que essa luta possa ser árdua e difícil, do que viver de maneira solitária.

Assim a luta por um espaço, por um território, local da nova identidade do camponês se constitui, fez com que Oliveira, Borges e Fumagalli (2004, p.56), pensassem o território dos acampados/assentados e a terra da seguinte maneira:

> (...) A Terra é o acúmulo de discursos e, conscientes que guardam um jogo político e por isso, ela guarda a complexidade dos interesses e dos projetos do povo que lá vive. Por isso, pensar o território é pensar as identidades e diversidades do campesinato brasileiro.

Escrever sobre estes elementos de busca pela terra e pela construção de um novo modelo de se viver no campo faz com que a interpretação dos movimentos sócios territoriais que lutam pela terra se tornasse tão complexo, e ao mesmo tempo bastante fragmentado, ao nos referirmos o sentido pelo qual cada movimento retrata sua verdade. Escolhemos então o Movimento dos Trabalhadores sem Terra na perspectiva de retratar sua história, como uma nova forma de luta pela "reestruturação do cenário agrário do país".

Nesses 30 anos de luta por parte do MST este conseguiu muitas conquistas, no entanto o próprio movimento reconhece que falta muito para ser feito no campo agrário brasileiro. Para a própria comunidade acampada no Emiliano Zapata, mesmo apesar da pouca presença do MST no local, é com esse movimento e através de seus militantes que as poucas informações chegam. Em conversa com outro coordenador do movimento no acampamento ele expôs o seguinte comentário a respeito da sua relação para com o MST:

> O meu relacionamento com o MST, é muito bom. São eles que ainda luta pela gente, o apoio do movimento é o trabalho. Eles estão quase sempre presentes. A assistência que eles nos dão é o intermédio pela luta da terra, a questão do intermédio junto a conquista de alimentos pra gente. Afinal o INCRA que é outro órgão que devia olhar pela gente, vem aqui de três em três meses, traz uma feira que não dá nem pra quinze dias e vai embora (Coordenador de grupo do acampamento).

Perguntamos a este coordenador de grupo o que seria o território de esperança e quais seus sonhos a respeito de um futuro para o acampamento? O informante nos disse que:

> Primeiro como você está vendo a maioria das pessoas que estão aqui são muito humildes. A maioria sempre viveu da terra e para terra. Não tem muito estudo, muito saber, mais vindo prá cá acreditaram numa possível vida melhor. Eu mesmo me sustento da troca de alimentos plantados no meu quintal, com meus vizinhos e indo a cidade trocar esses alimentos, feijão, melão por carne com meus outros familiares sendo assim, é muito difícil nossa luta. A maioria dos daqui como já disse não tem estudo, e assim é muito difícil conseguir serviço lá na rua, e quando arruma ou é servente ou é sei lá pra serviços pesados. Mas, mesmo assim, com essas dificuldades ainda ajudamos até outros irmãos que vem de vez em quanto pedir uma ajuda, um alimento coisa assim. E eu acho que território da esperança é poder ter acesso a terra, poder dá uma vida melhor pra minha família, lutar pela posse da terra. Meus sonhos é que nossos jovens que estão aqui, nossos filhos não caiam nesse mundo que agente ver das drogas, bebida, pois somos muito mal vistos pela sociedade, como bandidos, vagabundos, tipo essas coisas. A gente aqui queria poder fazer um campo de futebol pra eles brincarem se interterem mais a gente não tem condição, enfim é isso parece ser fácil mais pra gente é difícil. Vivemos também de doações, sentimos a falta da igreja aqui. Buscamos a terra prometida, exemplo de Jesus no seu caminho (Coordenador de grupo no acampamento).

Exemplos como este é frequente dentro do acampamento, e desta forma não vamos ser repetitivos em nossas colocações, afinal, depoimentos como este acima servem como parâmetro para os demais, assim sendo, o conceito de território de esperança defendido por MOREIRA (2007, p. 08) é:

> (...) aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de "ruptura" com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um novo território, construído com base na utopia e na esperança, "Território de Esperança" (...) carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, "Território de Esperança" representa a superação do "Território de Exploração". (...)

A mesma Moreira em outros trabalhos também relacionados à questão agrária acrescenta e redefine constantemente seu próprio conceito, dando a ele cada vez mais

adjetivos, fazendo com que aqueles que também escrevem a respeito desta temática agrária possam assim fazer suas releituras/resignificações. Ao conceito, estão sendo acrescentados, a cada dia, mais sinônimos relacionados à integração e coletivismos.

Nesta pesquisa de conclusão de curso acrescentamos ao conceito de Território de Esperança, a seguinte reflexão:

Território da Esperança como representação do lugar onde as questões de ordens territoriais se acentuam. Pelo qual o camponês, pequeno produtor tem e mantém a fé na reestruturação do sistema agrário, na luta por um pedaço de terra frente às barreiras impostas pelo latifúndio. Tornando assim, a terra objeto de permanentes disputas, e ao mesmo tempo associando a esta terra elementos de paciência e trabalho coletivo. E para o caso especifico do Sertão, seja ele paraibano ou mesmo nordestino ao conceito de território de esperança adicionamos a questão da Esperança tida na Chuva, e as águas de maneira geral representam para esse pequeno camponês, um adjetivo de dias melhores, ao constatar que sem estas, mesmo com a terra em mãos pouco poderia ser feito.

Nessa pesquisa, como já foi dito, nossa reflexão é a reconstrução de um conceito específico, recorrente ao estudo do território de conquista camponesa. Trabalhamos ao longo destes seis meses com memórias, identidades e acima de tudo sentimentos. Damos a entender que este trabalho científico não é apenas um mero fornecedor de informações e sim uma pesquisa sobre a compreensão, reflexão sobre as necessidades de uma população que, ao longo destes últimos anos, constroem, na bandeira de lutas de um movimento social, um imaginário de uma vida melhor no campo.

Podemos ver também nos capítulos anteriores, conceitos como o de identidade, acampamento/assentamento, e de movimentos sociais, para fazermos referencia e aqui entender melhor o dia a dia do camponês no campo do MST. Partimos, assim também como Fernandes (2000, p. 61) do pressuposto que movimentos socioterritoriais “são todos os que têm o território como trunfo”. Ficando para o acampado/assentado a responsabilidade para a consolidação ou não de seus territórios de esperança.

Responsabilidade essa entendida como um processo de resistência, de tomada e de ocupação de determinada área. Nessa luta é que os sem terra passam a manifestar sua revolta para com o sistema dominante. É somente a partir dessa luta popular que eles têm a oportunidade de criar/recriar seus próprios territórios. É com essa maneira de contrariar o sistema que muitos e muitos assentamentos oriundos de “Reforma Agrária” se materializaram ao longo do território brasileiro. É nessa experiência de sucesso que os acampados do Emiliano Zapata ainda esperam.

Por fim, podemos descrever o acampamento Emiliano Zapata, como um espaço, onde a luta pela materialização de um sonho ainda persiste. Nesse acampamento encontramos um pouco do sentimento e de resistência que o MST tanto persiste e almeja. Seja no sentido de movimento social, pleno ou não, afinal hoje é inevitável também não associar o MST ao termo "Organização Social", de maneira coletivamente organizada.

Concluímos aqui que o acampamento Emiliano Zapata é tanto para nós como para Fernandes (2000, p.63), um:

> O espaço interativo e de um contínuo processo de aprendizado. Que leva no sentido da sua interação as trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados e explorados, na construção da identidade sem-terra. O conteúdo das reuniões dos trabalhos de base é a recuperação das histórias de vida dos associados (as) ao desenvolvimento da questão agrária. Assim, a vida é experimentada como produtora de interações. Estes fazem suas análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de articulações e alianças para o apoio político e econômico. Desse modo, desenvolvem as condições subjetivas por meio do interesse e da vontade, reconhecendo seus direitos e participando da construção de seus destinos. Defrontam-se com as condições objetivas da luta contra os latifundiários e seus jagunços, do enfrentamento com a polícia, com o Estado.

Assim, depois de anos de embates, discussões, manifestações e estudos sobre a história do MST, este movimento começou a ganhar seu reconhecimento e autonomia no cenário das lutas agrárias no país. Assim esses camponeses sem-terra desenvolveram sua própria maneira de vida. Falam suas próprias linguagens, conquistando o respeito e a admiração de alguns e a aversão de outros. Foi na luta incessante pela autonomia política, no cenário agrário, que muito o MST contribuiu e vem contribuindo para a espacialização e a territorialização do homem no campo pelo Brasil.

Nesse sentido, o MST não é resultado apenas de uma proposta política de um partido, não é fruto também de uma proposta da Igreja, nem de um movimento sindical. Embora este tenha recebido apoio da conjugação de algumas forças políticas, o MST tornou-se uma realidade que surgiu da lógica desigual do modo capitalista de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi a partir do momento em que a distribuição das terras ocorreu no Brasil como num todo, desde seu período da colonização, que este bem vem se tornando "objeto" de permanente conflito pelo seu acesso. Neste período histórico, tivemos um modelo de distribuição pautado nos interesses da alta sociedade portuguesa. Assim, o campo brasileiro sempre esteve associado a um jogo de interesses, que favorece/favoreceu inquestionadamente o grande proprietário rural, surgindo assim, desde esse período uma política de distribuição de terras, denominado modelo de Latifúndio.

E com o consequente desenvolvimento do latifúndio, foi gerado no campo brasileiro, um sentimento de "revolta" contra o modelo de distribuição de terras imposto pelas elites aristocráticas e, posteriormente, pela burguesa capitalista mais recente, que refletem na reprodução do espaço agrário. Os movimentos sociais no campo começaram a perceber este quadro desigual da ordem sócio-territorial no campo, e, consequentemente, passaram a se organizarem na intenção/objetivos de questionar e corrigir esse modelo agrário brasileiro, propondo uma nova remodelagem. Temos alguns avanços nas conquistas, mas, até hoje, não temos no campo uma reforma agrária ampla.

Tivemos assim, o aporte necessário para que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil pudesse se constituir. Logicamente, anteriormente ao surgimento do MST tivemos no cenário brasileiro o desenvolvimento de outros movimentos ditos sociais, a ressaltar o que foram as Ligas Camponesas e sua importância principalmente no Nordeste. E foi então a partir de todas as inquietações pela luta de um país melhor que os outros movimentos se desenvolveram caso do MST. O MST assim, depois de constituído passou, através de suas ações de luta/posse pela terra a se adentrar no campo brasileiro, tornando-se hoje o principal movimento que atua nessa causa.

Desde sua gênese o movimento encontrou ainda encontra diversos problemas, sejam eles de ordem conflituosa nos embates com a força pública ou política pela forma pelo qual ele é tratado pela conjugação política que é contra uma reforma agrária no país. O MST também encontra uma rejeição por parte da mídia, que muita das vezes, marginaliza o movimento, lhe atribuindo o adjetivo de "movimento baderneiro". No caso do seu estabelecimento enquanto movimento na Paraíba este MST encontrou os mesmos problemas que presenciou em outros Estados no qual atua. Primeiramente encontrou uma estrutura agrária que também está voltada aos interesses do latifúndio, e que vem favorecendo famílias

tradicionais no Estado durante o passar dos séculos e décadas. Famílias que mantém um poder político, econômico e territorial neste Estado.

A partir de todos esses fatores anteriormente vistos estabelecemos uma discussão a respeito do que vem a serem os territórios de construção da vida humana nos acampamentos/assentamentos do movimento, também denominados de territórios da esperança. Estes territórios da esperança começaram a ter então, um sentido de luta por uma independência para aqueles que têm e adotam um modo de vida pautado na luta pela reestruturação de territórios, que estão muitas vezes sem uso. Por parte da classe privada, e sem uso pelo poder público, e assim, tornam-se objeto de desejo por parte de uma classe que pouco a pouco, começa a construir uma nova identidade.

O pequeno camponês/sem terra que passa então depois de tanta desatenção passou a buscar na bandeira dos movimentos sociais, o que muitas das vezes o Estado Brasileiro não oferece. Caso da grande aceitação popular que o MST constituiu ao longo desses anos.

Portanto, tivemos uma fase de mobilização nacional, debatida no primeiro capítulo, em que o conceito de movimento social foi apresentado, e consequentemente decorremos um pouco da história do MST no país, a partir de suas primeiras mobilizações em território gaucho.

No segundo capítulo apresentamos a história do MST no cenário paraibano, sua atuação, sua busca pela redistribuição das terras calcadas em uma política de reforma no campo. Vimos um pouco da estrutura agrária no Estado, e debatemos um pouco sobre os conceitos de acampamentos e assentamentos sinônimos da luta do movimento sem terra.

Por fim, fizermos uma releitura, uma nova contribuição do que é o conceito de território da esperança proposto inicialmente Moreira. Correlacionamos este conceito ao modo de vida que os acampados tem no acampamento Emiliano Zapata, a partir de uma reflexão que contou um pouco da história deste lugar, sobre o alicerce das narrativas, memórias dos que lá residem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Jr. Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes.** 3° Ed. Recife: FJN, Ed. Massangana: São Paulo: Cortez, 2006.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**. 5 ed. Atlas; São Paulo, 1986. 239 p.

CAMARGO, Aspásia; ARAÙJO, Maria Celina. **Como a História Oral Chegou ao Brasil.** Revista Oral, 2°ed. 1999, p. 167-179.

CECATO, Romina Baroni e ALVES, Luciene Andrade**: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças espaço de diálogos e práticas.** AGB, Porto Alegre 2010.

FERNANDES, B. M, STEDILE, J. P. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. 166p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____Movimento Social como Categoria Geográfica. In **Revista Terra Livre**, nº 15. São Paulo: AGB, 2000. p. 59-85.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territórios da questão agrária: campesinato reforma agrária e agronegócio.** Reforma Agrária, v. 34, p. 77-94, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Território Camponês no Brasil**. In: SANTOS, Clarice Aparecida (Org). Por uma Educação do Campo. INCRA/MDA, Brasília, 2008.

FONSECA, Helen Nunes Cosmo; CECATO, Romina Baroni; LIMA, Edvaldo Carlos de. **A atuação do MST e a luta pela terra na Paraíba, 1985 – 2008. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y em las Ciencias Sociales, 1999-2008.** Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de maio de 2008.

FREITAS. Maria das Graças Marques de. **Sindicalismo: a problemática da unificação e especificidade na luta dos trabalhadores rurais no brejo paraibano a partir de 1980. Um estudo do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande/ Paraíba.** João Pessoa: UFPB, 1994. (Dissertação de Mestrado)

FREITAS, Sônia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Associação Editorial Humanistas 2° ed. 2006.

GONH, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 2000.

GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. **REVISTA EM TESE: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC.** Vol. 2, nº 1 (2), 2004, p. 75-91. Disponível em www.emtese.ufsc.br . Acesso em 21/01/2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário (2006).** Disponível via internet em www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm Acesso 27/01/ 2014.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso.** 1° ed. São Paulo: Hucitec, 1994. Vol.1.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária, o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 11, n.2, p. 97-128, 2000.

MEIHY, J.C.S.B. Manual de História Oral. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998. 86 p.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no estado da Paraíba.** São Paulo, USP, 2008. p 501. (tese de doutorado).

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Reforma Agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais.** Revista Agrária, São Paulo. N° 14, pp. 4-22. 2011.

MIRALHA**,** Wagner**,** ROMINA, Baroni Cecato. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** REVISTA NERA – ANO 9, N. 8 2006 pp 151-172.

MOREIRA, Alberto da Silva. O Dom da Terra: leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil. Bragança Paulista, Ed. Universitária/São Francisco, 2006.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos da geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997. 332p.

_____. **Por um pedaço de chão.** 2 v. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. 838 p.

MOREIRA, Emília de Rodat. **Território(s) de Esperança:** Projeto de pesquisa. João Pessoa: CNPq, 2006.

MOREIRA, Emília de Rodat. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Revista Nera. Presidente Prudente, ano 10, n°10, Jan.-jun./2007, p.72-93.

MOREIRA, Emilia de Rodat. **GETEC – Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato.** UFPB, Paraíba. Dezembro de 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Jelson; BORGES, Wilton e FUMAGALLI, Dirceu (Orgs). **A Diversidade Camponesa: um desafio para a CPT**. In: Anais do III Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra: Biomas, Territórios e Diversidade Camponesa, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA MST, LUTAS E CONQUISTAS: **Reforma Agrária : por justiça social e soberania popular.** 2° ed., Janeiro. 2010.

SANTOS, Renato. **Os Assentados do Alto Sertão Paraibano e as Relações de Poder e Saber que Tencionam a Construção de sua Identidade "Camponesa" e seu Espaço de Convivência**. 2011. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, PB, 2011.

SILVA, Luciana Henrique da. **O MST na Paraíba: a história contada por seus participantes**. João Pessoa, 2000. Bacharelado em Ciências Sociais - CCHLA - UFPB (Monografia de Conclusão de Curso).

SIMONETTI, Miriam C. Lourenção – **A Longa Caminhada: A (Re) Construção do Território Camponês em Promissão**. São Paulo: Tese de Doutorado.1999.

SCHIOCHET, Dilei. **As origens do MST na Paraíba**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa PB-2008.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 304 p.

THOMPSON, Paul. História Oral e Contemporânea. Revista História Oral. 5° ed. 2002, p. 9-28.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** Una nueva ruralidad en América Latina? Giarraca, Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales 2001 p. 31-44.

ANEXOS[21]

[21] Está em anexo, todos os documentos recolhidos no Acampamento Emiliano Zapata. Atas de reuniões, formulários, modelos de carteirinhas do MST. Enfim, tudo que nos foi fornecido e que contam um pouco mais sobre a forma de organização do Acampamento.